



Número: **0800401-16.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **20/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18718300	20/01/2019 13:05	Petição Inicial	Petição Inicial
18718304	20/01/2019 13:05	SAMU, BO e Negativa Administrativa	Outros Documentos
18718306	20/01/2019 13:05	Doc. Médica 2	Outros Documentos
18718308	20/01/2019 13:05	Doc. Médica 1	Outros Documentos
18718311	20/01/2019 13:05	Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Documento de Identificação
18718312	20/01/2019 13:05	Procuração	Procuração
18718314	20/01/2019 13:05	Petição Inicial	Outros Documentos
18834734	28/01/2019 17:51	Despacho	Despacho
18899071	29/01/2019 17:24	Carta	Carta
18899073	29/01/2019 17:24	Carta	Carta
18899074	29/01/2019 17:24	Expediente	Expediente
19243136	15/02/2019 10:39	Contestação	Contestação
19243225	15/02/2019 10:39	KIT SEGURADORA LIDER-otimizado 1	Procuração
19243242	15/02/2019 10:39	KIT SEGURADORA LIDER-otimizado 2	Procuração
19243290	15/02/2019 10:39	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado 1	Documento de Comprovação
19243337	15/02/2019 10:39	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado 2	Documento de Comprovação
19243366	15/02/2019 10:39	DOCS COMPROBATORIOS-otimizado 3	Documento de Comprovação
19243442	15/02/2019 10:39	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos
19284532	18/02/2019 16:37	Termo de Audiência	Termo de Audiência
19284579	18/02/2019 16:37	0800401-16.2019p	Laudo Pericial

19315 150	19/02/2019 16:14	Petição	Petição
19315 155	19/02/2019 16:14	JUNTADA DE DOCS	Outros Documentos
19315 165	19/02/2019 16:14	PROCESSO ADM-email-1-otimizado 1	Documento de Comprovação
19315 193	19/02/2019 16:14	PROCESSO ADM-email-1-otimizado 2	Documento de Comprovação
19315 215	19/02/2019 16:14	PROCESSO ADM-email-1-otimizado 3	Documento de Comprovação
20460 362	10/04/2019 15:43	Petição	Petição
20460 436	10/04/2019 15:43	CALCULO	Documento de Comprovação
20460 442	10/04/2019 15:43	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação
20460 446	10/04/2019 15:43	PET JUNT LIQUIDACAO 01	Outros Documentos
20565 753	15/04/2019 15:33	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
20565 754	15/04/2019 15:33	AR SEG LÍDER	Aviso de Recebimento
20575 706	15/04/2019 18:40	Petição de Expedição de Alvará	Petição
20575 720	15/04/2019 18:40	Petição de Expedição de Alvará	Outros Documentos
20628 766	17/04/2019 11:09	Petição	Petição
20628 780	17/04/2019 11:09	CUSTAS PAGAS	Documento de Comprovação
20628 789	17/04/2019 11:09	JUNTADA DE CUSTAS FINAIS CUSTAS	Outros Documentos
21021 075	10/05/2019 13:36	Despacho	Despacho
21224 414	16/05/2019 12:14	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
21226 162	16/05/2019 15:40	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
21226 424	16/05/2019 15:40	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
21240 353	16/05/2019 16:49	Expediente	Expediente
21445 768	24/05/2019 11:40	Petição	Petição
21445 769	24/05/2019 11:40	DJM	Documento de Comprovação
21445 771	24/05/2019 11:40	JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS	Outros Documentos
21640 435	01/06/2019 15:47	Ofício	Ofício
22203 053	25/06/2019 13:36	Certidão	Certidão
22474 607	04/07/2019 17:39	Certidão	Certidão
22474 609	04/07/2019 17:39	AR_BCO BRASIL OF 0536_19 0800401 16 2019	Aviso de Recebimento
22475 205	04/07/2019 17:56	Certidão	Certidão
22475 210	04/07/2019 17:56	AR_BCO BRASIL OF 0536_19 0800401 16 2019	Aviso de Recebimento
22505 201	05/07/2019 20:35	Informações Prestadas	Informações Prestadas
22505 205	05/07/2019 20:35	OF BB_0800401 16 2019	Informações Prestadas

Petição Inicial em anexo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 804/092, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2033620, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS** idade 46 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Atropelamento)** no dia 05/04/2018, na Av. Hilton Souto Maior, Bairro: Mangabeira - João Pessoa - aproximadamente às 23:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 25 de Abril de 2018

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01367.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01367.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:14 horas do dia 19 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **João Joaquim dos Santos Júnior**, CPF nº 028.537.044-83, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Angelina Maria dos Santos e João Joaquim dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 06/06/1972 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria da Glória Alves, Nº 85, bairro Bancários, tendo como ponto de referência Próximo Ao Mercadinho de Paulo, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98760-9918.

Dados do(s) Fatos:

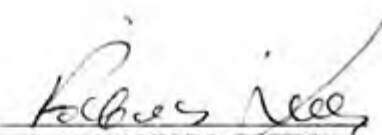
Local: Av. Hilton Souto Maior, Perto do Viaduto das Mangabeiras, Sentido Mangabeira/José Américo, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/04/18 23:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

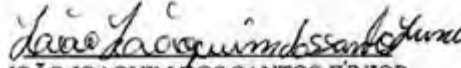
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

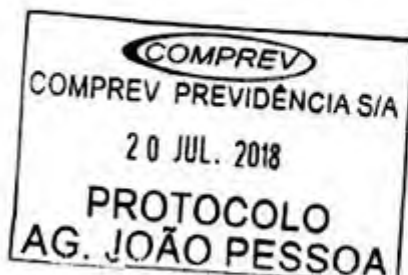
Que ao atravessar a via foi atropelado por um CARRO NÃO IDENTIFICADO vindo em decorrência a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO, CRM 1873/PB, DATADO DE 13.06.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de julho de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR
Noticiante



Procedimento Policial: 01367.01.2018.1.00.420



SINISTRO 3180334203 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

CPF/CNPJ: 02853704483

Posição em 10-12-2018 09:14:24

Seu pedido de indenização foi **negado**. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa de meio de contraste iodado.

Análise:

Sistemas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficiente de atenuação adequados.

Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquidas extra-axiais, processos expansivos intra-parênquimatosos, sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Paciente: JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa de meio de contraste iodado.

Análise:

Sistemas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado. Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficiente de atenuação adequados.

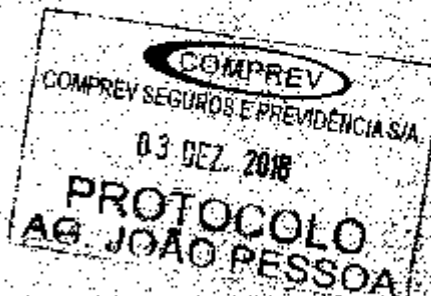
Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquidas extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos, sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínicos e epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**

Senador Humberto Lucena

Protocolo: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Exame realizado em caráter de urgência/emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do contraste iodado.

Sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes

dentais da linha média.

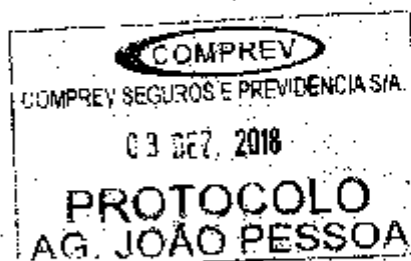
Não há lesões extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou

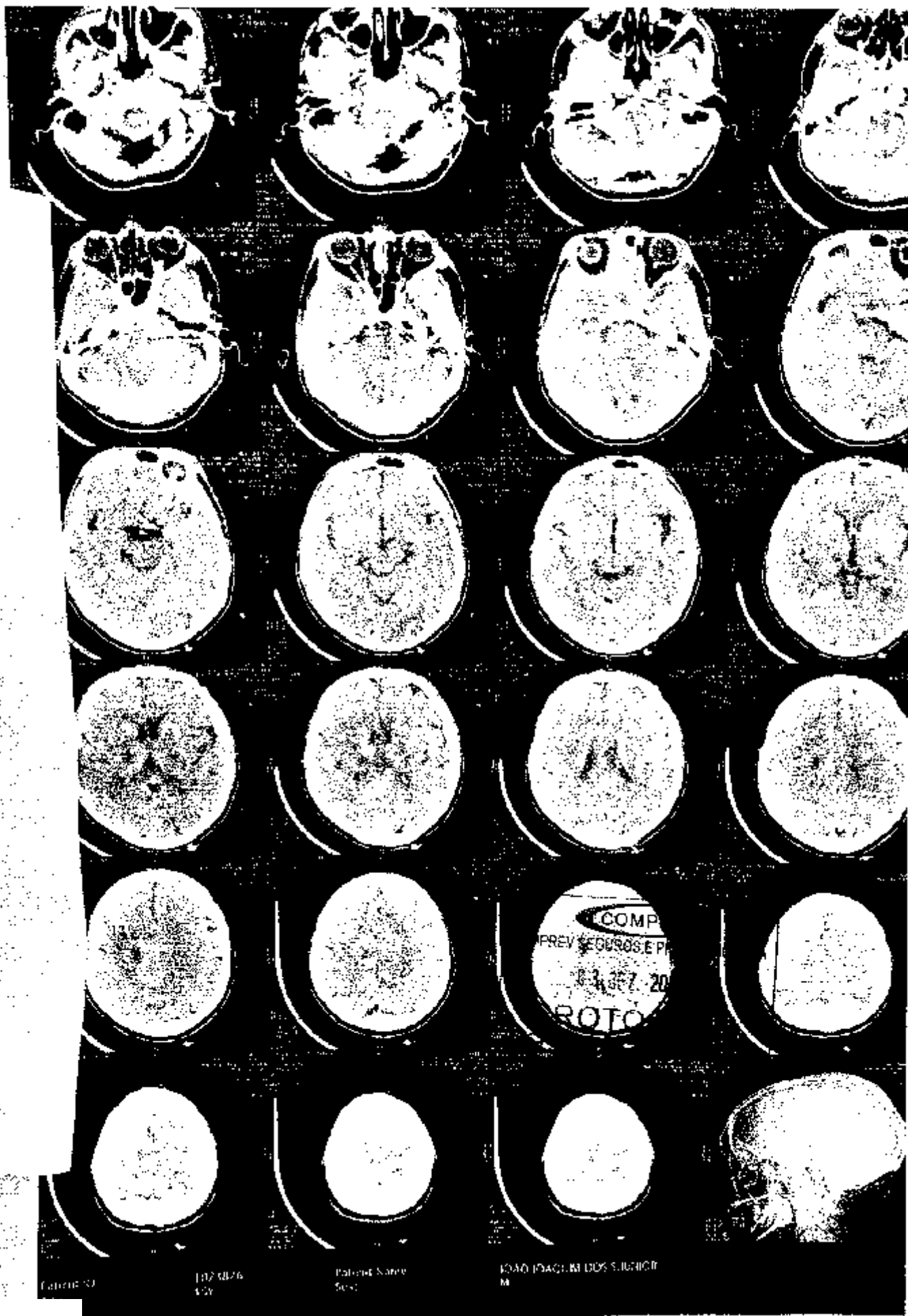
subaguda.

Não há fraturas desalinhadas na calota craniana.

Exame realizado em condições de urgência/emergência.

Interpretação depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínicos.







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
DATA DE NASCIMENTO 06/06/72
NOME DA MÃE ANGELINA MARIA DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1073826
DATA DO ATENDIMENTO 06/04/18
HORA DO ATENDIMENTO 00:06
MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO
DIAGNÓSTICO (S) POLITRAUMATISMO (CRANIO, COLUNA, OMBRO ESQ.)
CID 10 T00

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, COM HISTÓRIA DE PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS, GLAGOW 14, AVALIAÇÃO DIFICULTADA DEVIDA A INGESTÃO DE ALCOOL (RELATO DA EQUIPE DE PLANTÃO), EXAMINADO PELA CIRURGIA GERAL, NEUROCIRURGIA, ORTOPEDIA.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRÂNIO
RX DE COLUNA CERVICAL, RX DE COLUNA TORACO-LOMBAR, RX COLUNA LOMBOSACRA
RX TORAX, RX Pelve, RX OMBRO ESQ.

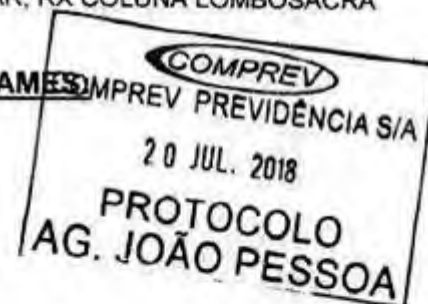
EXAMES - NORMAIS

RESULTADOS DOS EXAMES

TRATAMENTO:

TIPOIA - (ORTOPEDIA)

ALTA HOSPITALAR: 06/04/18
DATA DA EMISSÃO: 13/06/18



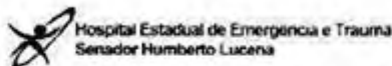
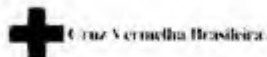
Elivaldo Sales de Toledo
Cirurgião Geral
CRM 1873/PB

Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO
CRM: 1873/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



06/04



AV. ORESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1073826



Identificação do paciente			
ID 1023175	Nome JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Sexo Masculino	
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45 anos 10 meses	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião NAO INFORMADA
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS	Pai JOAO JOAQUIM DOS SANTOS		
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987609918	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3355248	Nº Cns 706300798205874	
Local de procedência MANGABEIRA	Tipo BAIRRO	UF PB	
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R	
Endereço			
CEP 59027345	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro RODRIGUES ALVES
Número SN	Complemento	Bairro MANDACARU	
Admissão			
Data e Hora 06/04/2018 00:06:54	Número da pulseira 1000005164072	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Detalhe do acidente VEICULO X BICICLETA	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Quem transportou Não
Modo de transporte SAMU	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-5deg);"> <p>COMPREV</p> <p>COMPREV PREVIDÊNCIA S/A</p> <p>20 JUL 2018</p> <p>Temperatura</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>AG. JOÃO PESSOA</p> </div>		
Sinais Vitais			
PA	X	mmHg	Pulso
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrassonografia []
<p>Dados clínicos</p> <p>06/04/18 Paciente trazido por GOMME vítima de atropelamento, apresentando sinais de embriaguez, com ferimento, confuso, agitado, em uso de colar de pescoço, em uso de alcatraz.</p>			
Diagnóstico			
Atendido por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO			

Imprimir





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, 9N	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	UF PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Nº Cons. Regional 7742/PB	
		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 13:38:16	

Anamnese

PACIENTE EVOLUI CLINICAMENTE BEM.
MELHORA DOS SINTOMAS GERAIS E DA CEFALIA.
AO EXAME:
BEG
ECG 15
SEM DEFICITS
TCC:
SEM COLEÇÕES E SEM FRATURAS
RX COL CERVICAL/DORSAL/LOMBAR:
SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE
CD: ALTA DA NCIR

Conduta

Em observação

Tomas Catao Monte Raso
Neurocirurgião
CRM-PB 7742

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM: 7742/PB)



Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=256249&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 20/01/2019 13:04:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012013011361700000018214774

Número do documento: 19012013011361700000018214774



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Esmeralda de Emergência e Trauma
Senador Humberto LeãoGOVERNO
DA PARAÍBA

CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mae ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS	Nº Cons. Regional 6026/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 09:10:18	

Anamnese

PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO (COLISÃO BICICLETA X CARRO) ONTEM À NOITE.

RELATO DE PERDA DA CONSCIÊNCIA E VÔMITOS.

EF.: GLASGOW 14. PUPILAS ISO/FOTO, MOVIMENTANDO OS 4 MEMBROS.

CD.: SOL TC DE CRÂNIO. SINTOMÁTICOS.

MEDICAÇÃO

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/6H, DURANTE 8 HORA(S)

Diluir

ONDANSETRONA 2MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

OMEPRAZOL 40MG INJETÁVEL COM DILUENTE (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 40,0 MG VIA E.V., 1X AO DIA

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG

CUIDADOS

SSVV + CCGG

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

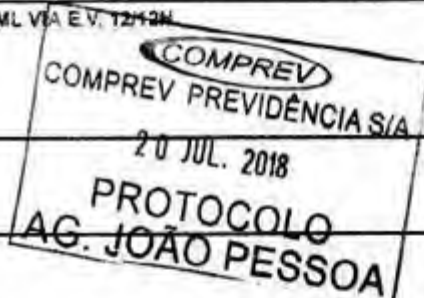
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINÂMICA

RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINÂMICA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

Conduta

Em observação



Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:23

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS

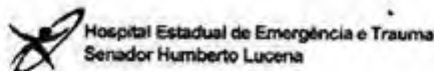
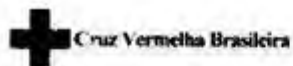
172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255959&pesquisa=S&no=42, na página 1



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 20/01/2019 13:04:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012013011361700000018214774

Número do documento: 19012013011361700000018214774



SALA DE OBSERVAÇÃO AREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrac. 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA	UF PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Nº Cons. Regional 6913/PB	
		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 06:08:28	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATO DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COOPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E PELVE.
SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

ORTOPEDIA

PCTE ALCOOLIZADO REFERE DOR NO OMBRO ESQ
ADM PASSIVA PRESERVADA
RX SEM FRATURAS
CD TIPOIA MSE
ALTA DA ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO

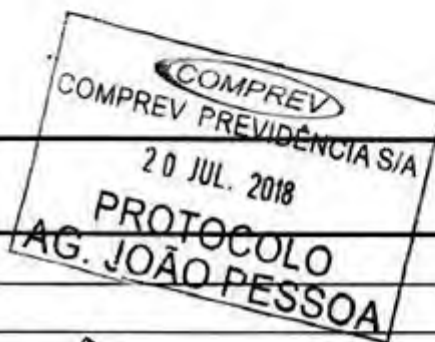
TIPOIA, (OBSERVAÇÕES: MSE)

CID10

Código	Descrição
S40.0	Contusão do ombro e do braço

Conduta

Em observação



Dr. Alisson Fábio Fernandes Vieira
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 6913/2014
SOCI 12014

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA
(: 9913/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255843&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 20/01/2019 13:04:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012013011361700000018214774

Número do documento: 19012013011361700000018214774



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

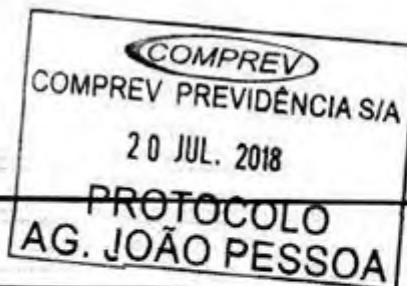
AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874	Telefone de Contato (83) 987609916
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS				Prontuário 94519
Endereço RODRIGUES ALVES, SN		Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	Nº Cons. Regional 7742/PB	
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54			Data/Hora Prescrição 06/04/2018 02:28:20	
Anamnese PACIENTE VITMA DE COLISÃO BICICLETA X CARRO. ENCONTRA-SE ALCOOLIZADO. EG REG MOVIMENTOS ATIVOS DOS 4 MM PIFR VIGIL RX COL CERVICAL: ATÉ C5-C6 - SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE CD: OBS NEUROLÓGICA				
Conduta Em observação				



JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM : 7742/PB)

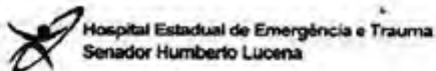
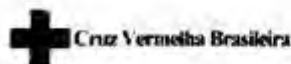
Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

<http://172.16.0.6:8080/cvb/pag/es/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255832&pesquisa=S&perform=imprimirPrescricao&>

Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 20/01/2019 13:04:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012013011361700000018214774>

Número do documento: 19012013011361700000018214774



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional JUAZEL SILVESTRE NETO	Nº Cons. Regional 11302/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 00:44:05	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATOS DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COOPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E PÉ DIREITO
SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

MEDICAÇÃO

SOLUÇÃO GLICOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 500,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,0 (METSM)

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., AGORA

TENOXCAM 20MG INJETÁVEL (FRASCO-AMPOLA), ADMINISTRAR 20,0 MG VIA E.V., AGORA

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)

RADIOGRAFIA DE Pelve (OUTLET)

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES)

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

Dr. Juarez Silvestre
Medicina do Trabalho
Medico Auditor
CRM PB - 13602
CPF: 072.993.054-00

Boleim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

JUAZEL SILVESTRE NETO

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255810&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 20/01/2019 13:04:07

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19012013011361700000018214774

Número do documento: 19012013011361700000018214774



HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Data de	06/06/1972	Idade	45a 10m	Sexo	MASCULINO	Nº	1073826	Nº Pronto Soc	94519	Data Prescrição	06/04/2018 09:10:18
Motivo de Atendimento	Enfermaria / Leito			Validade da Prescrição			06/04/2018 09:10:00 - 07/04/2018 09:10:00						
Convenio	SUS			Matrícula			Senha						

Data: 06/04/18 09:10

Usuário: LEONARDO

Boleim: 1073826

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apazamento
1 D-IPRONA 500 MG/ML (AMPOL A 2ML)	2.0	ML		E.V.		6/6H	
Diluir em AGUA DE STILADA	100.0	ML					
2 CHIDANSETRONA	2.0	ML		E.V.		8/8H	
Diluir em SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0.9% (FRASCO 100ML)	100.0	ML					
3 OMEPRAZOL	40.0	MG		E.V.		1X AO DIA	
4 CETOPROFENO 100 MG	100.0	MG		E.V.		12/12H	
Diluir em SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0.9% (FRASCO 100ML)	100.0	ML					
5 SSIV + CCGG	0.0						

LEONARDO PEREIRA DA COSTA MARTINS
CRM: 0028

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Assinatura e Carimbo do Profissional

06 de Abril de 2018

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Data de	06/06/1972	Idade	45a 10m	Sexo	MASCULINO	Nº	1073626	Nº Prontuário	94519	Data Prescrição	06/04/2018 00:44:05
Motivo do Atendimento	Enfermaria / Leito												
Convenio	SUS	Matrícula											
Validade da Prescrição												06/04/2018 00:44:00 - 07/04/2018 00:44:00	
Santia													

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apresentamento
---------------------	------	------	-------------------	--------	-------------	-----	----------------

1	SOLUÇÃO GLUCOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML)	500.0	ML			E.V.	AGORA
2	DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	4.0	ML			E.V.	AGORA
3	TENOXCAM 20MG INJETAVEL (FRASCO-AMPOLA)	20.0	MG			E.V.	AGORA
4	PARECER ORTO	0.0					
5	SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA	0.0					

JUAREZ SILVESTRE NETO
 CRM: 11302



Dr. Juarez Silvestre
 Médico do Prontuário
 CRM nº 11302
 05-4-88
 Assinatura e Carimbo do Profissional

06 de Abril de 2018



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes de atenuação adequados.

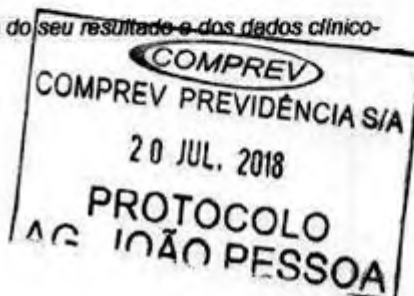
Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou sinais de hemorragia aguda/subaguda.


Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.



Este laudo foi liberado em 06/04/2018 15:41.


Dr. Tiago Nepomuceno
CRM 6723 - PB





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Herculano, Lages

Atendimento: 201831449692

Data Naso: 06/06/1972 - 46 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

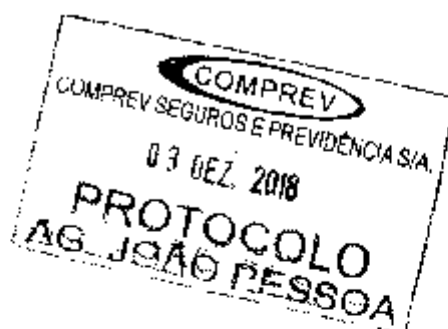
Data Exame: 21/07/2018

RADIOGRAFIA CLAVÍCULA ESQUERDA

Sinais de desnivelamento da articulação acromioclavicular esquerda, aspecto que pode estar relacionado a subluxação, na dependência de correlação com dados clínicos.

Textura óssea normal.

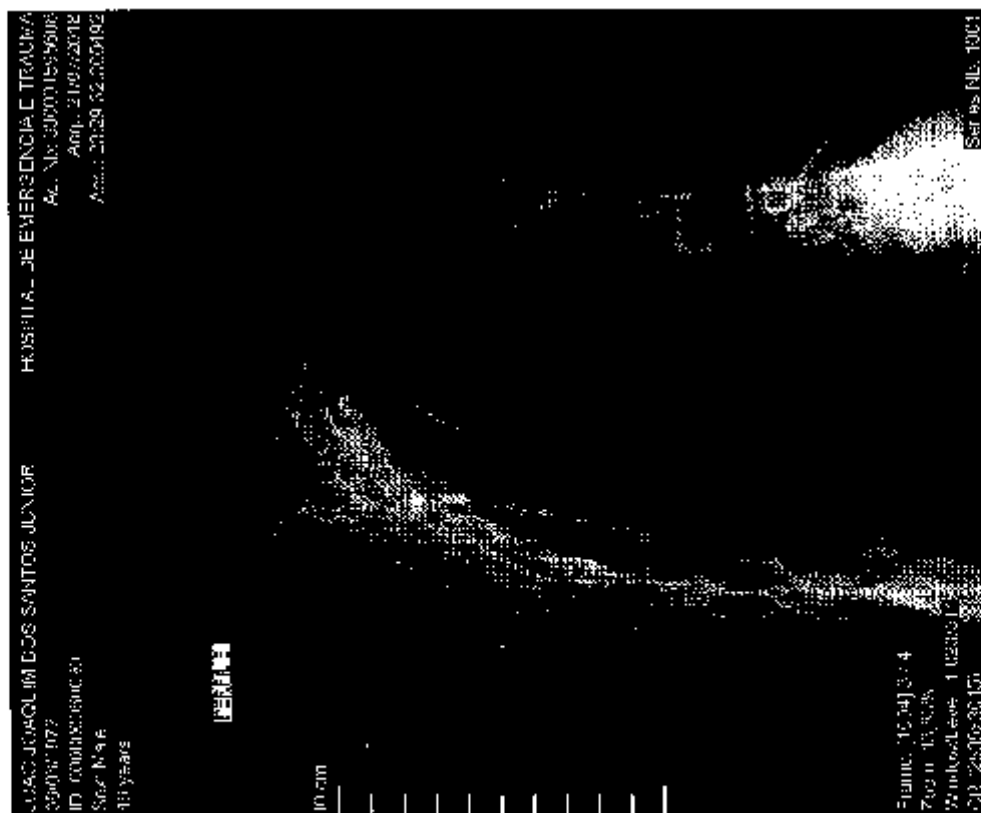
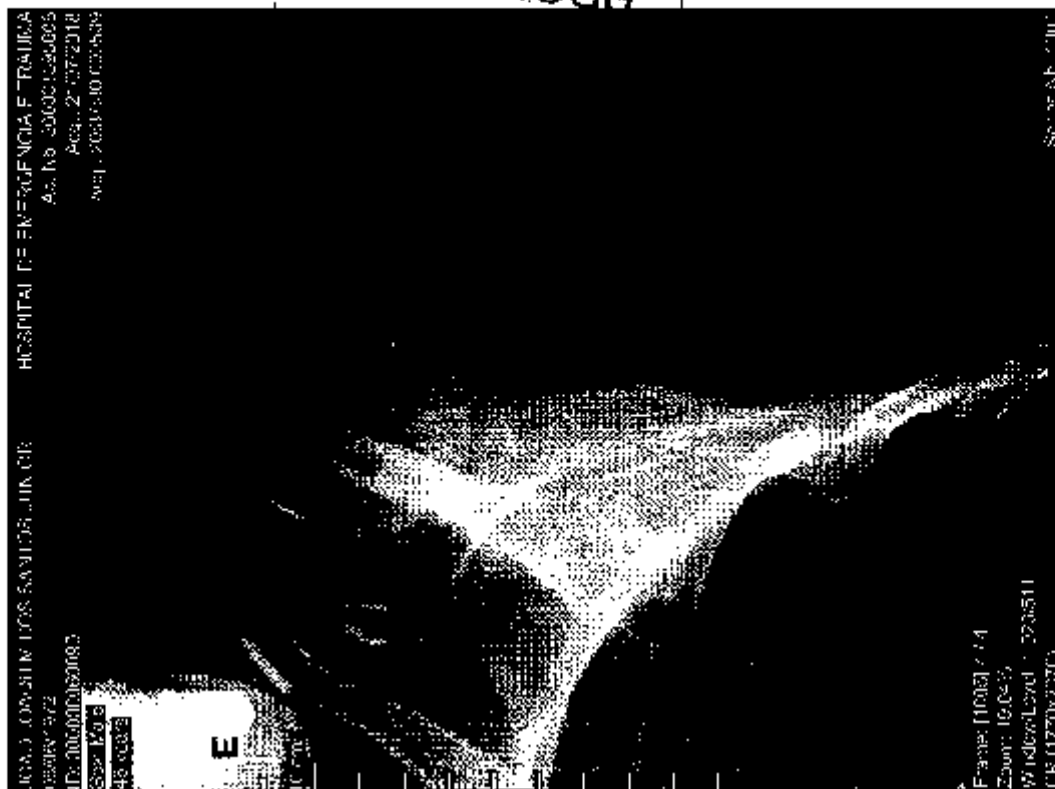
** O Raio-X é um exame subsidiário, devendo ser correlacionada com outros dados clínico-laboratoriais a critério clínico.*

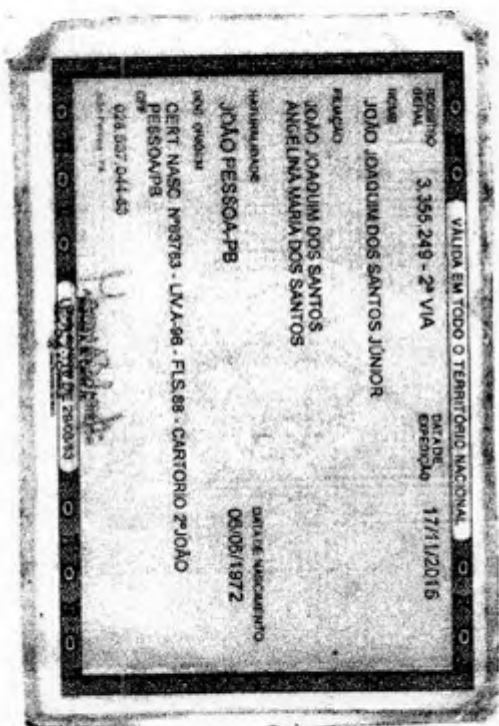


Este laudo foi liberado em 30/11/2018 10:53

Dra. Danielle C.S. Pereira
CRM: 6088 - PB







JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
 FLÁVIA MARIA DA GLÓRIA ALVES, 85 - BANCAROS
 JOÃO PESSOA / PB CEP: 58051-804 (AG: 1)

Emissão: 09/04/2018 Referência: Abr / 2018
 Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO R-200, Km20 - Grato Pósteres - João Pessoa / PB - CEP 58071-600
 Roteiro: 3 - 5 - 803 - 8780 Nº medidor: 0000608580

ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 CNPJ: 09.095.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº004.056.080
 Cód. para Ddd. Automático: 90013014229

Atendimento ao Cliente ENERGISA: **0800 083 0196** Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima fatura	CPF/CNPJ/RANI
Abr / 2018	09/04/2018	09/05/2018	2853704483

UC (Unidade Consumidora): **5/1351422-9**

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos
 Conforme previsto na Lei 12.037 de 29 de julho de 2009,
 informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui a quitação.





PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, Casado, Pedreiro, portador da Cédula de Identidade nº:3.355.249 SSDS/PB, inscrito no CPF nº: 028.537.044-83, residente e domiciliado na Rua Maria da Glória Alves, Nº 85, Bancários, João Pessoa/PB, Cep:58051-804. Fone:(83)98760-9918.

OUTORGADO: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 24.614, ambos com endereço profissional na Rua: professora Corina Maria Rabelo, nº 28 Bairro José Américo de Almeida -, na Cidade de João Pessoa/PB, 986434993.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, ao qual dar como firme e válido, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art. 5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%, calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

João Pessoa/PB, 14 de Dezembro de 2018.


Outorgante/Declarante





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SANTA RITA - PB.**

JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG de nº 3355249, e CPF de nº 028.537.044-83, residente e domiciliado na Rua Maria da Glória Alves nº 85, no bairro dos Bancários na cidade de João Pessoa/PB, CEP 58051-804, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

PRELIMINARMENTE

DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.





INTROITO

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

DOS FATOS

No dia 05/04/2018, o requerente sofreu um acidente, quando foi atropelado por um carro não identificado e demais características, vindo cair ao solo e sofrendo lesões graves como: **FRATURA ACROMIOCLAVICULAR ESQUERDO, SENDO SUBMETIDO A CIRURGIA DE OSTEOSSÍNTESE PARA FIXAÇÃO (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, o que sem dúvidas comprometeu o membro, sendo socorrido e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena da Cidade de Joao Pessoa-PB, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA

M.M, Julgador, a parte autora solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Entretanto, para sua surpresa, **TEVE O BENEFÍCIO NEGADO AO ARGUMENTO DE QUE NÃO HOUVE LESÃO A INDENIZAR.**

Ora, Excelência, a autora sofreu diversas lesões físicas, as quais deixaram seqüelas permanentes, fazendo jus, portanto, ao recebimento do seguro ora pleiteado, não devendo prosperar a negativa administrativa.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor e da negatória administrativa, esta busca a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.





As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.





Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, devido o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;"

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,





DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a indenizar o promovente ao pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor Maximo 13.500,00 (treze mil e quinhentos) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- Seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Novo Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08 – Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já se encontram em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando MEDICO PERITO desta localidade, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;





Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$13.500(treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa - PB, em 20 de Janeiro de 2019.

Gerson Luciano Santos Netto
-Advogado-
OAB/PB 24.614





QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM _____ SEQUELAS _____ RESIDUAIS?:

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, _____ GRAVE?:

_____.

Sem mais, em ____/____/____.

(assinatura – carimbo – CRM)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800401-16.2019.8.15.2003

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência **UNA para o dia 18 de fevereiro de 2019, às 16h20min**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.



Para tanto, nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

P.L. Cumpra com urgência.

João Pessoa, 28 de janeiro de 2019

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

D E S T I N A T Á R I O :

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro, CEP 20031-205
Rio de Janeiro/RJ

Por meio da presente, de ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito desta 4ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria CITADA para apresentar defesa, e INTIMADA para comparecer na audiência designada: **Tipo: Una Sala: SALA 2**
Data: 18/02/2019 Hora: 16:20 . O prazo para defesa/contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). *A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.* As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de **perícia judicial**, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder. Para tanto, nomeio a médica **Rosana Bezerra Duarte de Paiva, portadora do CPF nº 587-738.514-34**, perita nos presentes autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia.

Fica a Seguradora Líder intimada para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.



Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 15 (quinze) dias. As partes devem comparecer neste Fórum, na sala de audiências deste Juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).
João Pessoa/PB, 29 de janeiro de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

Consulte este documento em:

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

usando o código: 19012013014410100000018214780

ID do documento: 18718314





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA
4ª VARA REGIONAL**

AV. HILTON SOUTO MAIOR, S/N, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB, CEP: 58055-018

CARTA DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE AUTORA)

PROCESSO Nº 0800401-16.2019.8.15.2003

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESTINATÁRIO:

Nome: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Endereço: R MARIA DA GLÓRIA ALVES, 85, (Comunidade Timbó), BANCÁRIOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58051-804

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria INTIMADA para comparecer na audiência designada:

Tipo: Una Sala: SALA 2 Data: 18/02/2019 Hora: 16:20

Fixo o prazo de cinco dias úteis para apresentação do rol de testemunhas (que deverá conter, sempre que possível: nome, profissão, estado civil, número da identidade e do CPF, endereço completo da residência e do local de trabalho), sob pena de preclusão. As testemunhas deverão ser no máximo de três para cada parte. Somente será admitida a inquirição de testemunhas em quantidade superior, na hipótese de justificada imprescindibilidade e se necessária para a prova de fatos distintos. Cabe ao advogado constituído pela parte, informar ou intimar cada testemunha por si arrolada para comparecimento à audiência. Com antecedência de, pelo menos, três dias da data da audiência, deverá ser juntado aos autos, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento pelas testemunhas. Também, pode se comprometer a trazê-las independente de intimação, ciente de que a não intimação das testemunhas pelo advogado, assim com a ausência das mesmas na audiência, será interpretado como desistência da prova testemunhal. (observadas as regras do artigo 455 do NCPC). Na audiência será tentada a conciliação das partes e, caso não haja sucesso, logo em seguida, será realizada a instrução com, inicialmente, o depoimento pessoal das partes, o que importará a ausência injustificada de qualquer delas, em pena de confesso (art. 385, § 1º do NCPC). Ato contínuo, serão ouvidas as testemunhas, por ventura, arroladas.

Intimem-se as partes litigantes, para comparecerem à audiência, advertindo-lhes que o não comparecimento, ou se houver recusa em depor, será aplicado a pena de confesso (art. 385, § 1º do NCPC).

João Pessoa, 29 de janeiro de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800401-16.2019.8.15.2003

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência **UNA para o dia 18 de fevereiro de 2019, às 16h20min**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvat somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.



Para tanto, nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

P.L. Cumpra com urgência.

João Pessoa, 28 de janeiro de 2019

Juiz(a) de Direito



SEGUE ANEXO.



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Mauricio Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Isar*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD58CF8FFD5CF68740F233E46AFTA80X1YH8	
Para validar o documento acesse http://www.jucefja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

CH *Law*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028478-6. Protocolo: 00-2018/017153-4. Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143619 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF66740F233E496AFLA30E1F88
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FF05CF68740F233E496AFDA80E17B8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	




SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E5CF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FD8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Servaiguer
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando R. S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

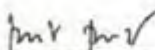
ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284798
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C888382947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I é Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F.S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

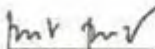
- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo R. S. Benwanger
Secretário Geral

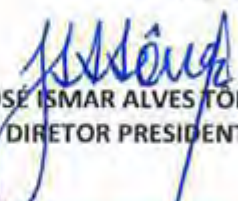
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D799CBA11812475AE8208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Requisição por AUTENTICAÇÃO de Firma de: **HÉLIO BITTON RODRIGUES** e
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X000005294533)

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.

da Testemunha: **Paula Cristina A. D. Gaspar** - TUITA

Conf. por: **Paula Cristina A. D. Gaspar**
TUITA

Total: **3,90**

Cartório 17º Ofício de Notas RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
Escrivente
OAB RJ nº 123964/2002 e/ou 09077 ME
Aut. 2015 3º Lei 8.936/94

AD826590
088674

https://www.tj-rj.jus.br/s3/república



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Nº Sinistro: 3180334203

Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data do Acidente: 05/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180334203**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13148302

Pag. 00015/00016 - carta_01 - INVALIDEZ

00030008





Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Nº Sinistro: 3180334203
Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Data do Acidente: 05/04/2018
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334203**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração de Inexistência de IML infor. incorretas

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

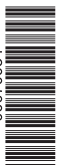
Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00067/00068 - carta_03 - INVALIDEZ

00070034



Carta nº 13149804





Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Nº Sinistro: 3180334203
Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Data do Acidente: 05/04/2018
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334203**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

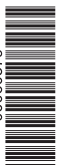
Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00757/00758 - carta_03 - INVALIDEZ

00060379



Carta nº 13173295





Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Nº Sinistro: 3180334203

Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data do Acidente: 05/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180334203**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **05/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

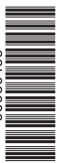
Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00997/00998 - carta_04 - INVALIDEZ

00060499



Carta nº 13688118



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interdita com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JOÃO JOAQUIM DO SANTO JUNIOR

CPF da Vítima

028.537.044-83

Data do Acidente

05/04/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

5 Pessoa 13, 30 de JULHO de 2018

Local e Data

João Joaquim do Santo Junior

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DAL1.001 V001/2017





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831449692

Data Nasc: 06/06/1972 - 46 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 21/07/2018

RADIOGRAFIA CLAVÍCULA ESQUERDA

Sinais de desnivelamento da articulação acromioclavicular esquerda, aspecto que pode estar relacionado a subluxação, na dependência de correlação com dados clínicos.

Textura óssea normal.

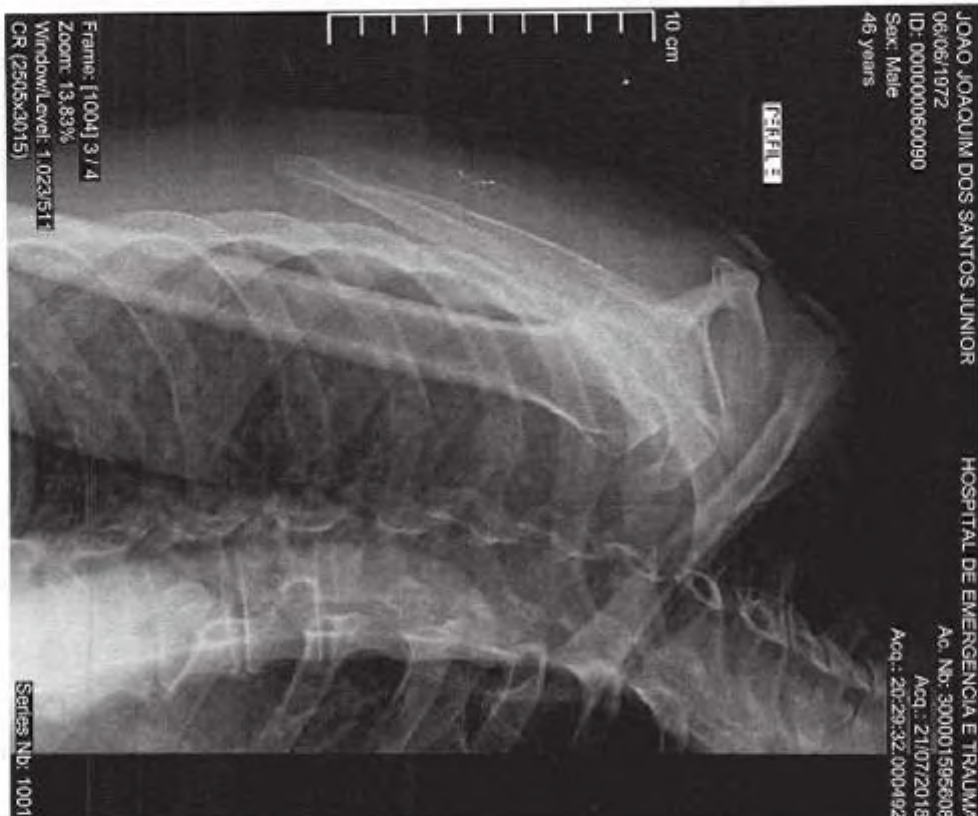
** O Raio-X é um exame subsidiário, devendo ser correlacionada com outros dados clínico-laboratoriais a critério clínico.*



Este laudo foi liberado em 30/11/2018 10:53.

Dra. Danielle C.S. Pereira
CRM: 6088 - PB





PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA







**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**

Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa de meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficiente de atenuação adequados.

Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos e sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa de meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado. Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficiente de atenuação adequados.

Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos, sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínicos e epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes atenuação adequados.

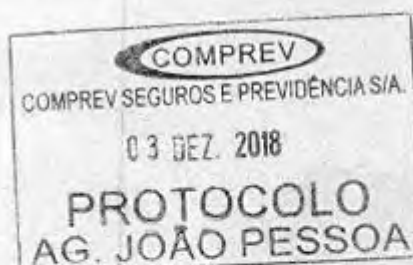
Não há desvio de estruturas da linha média.

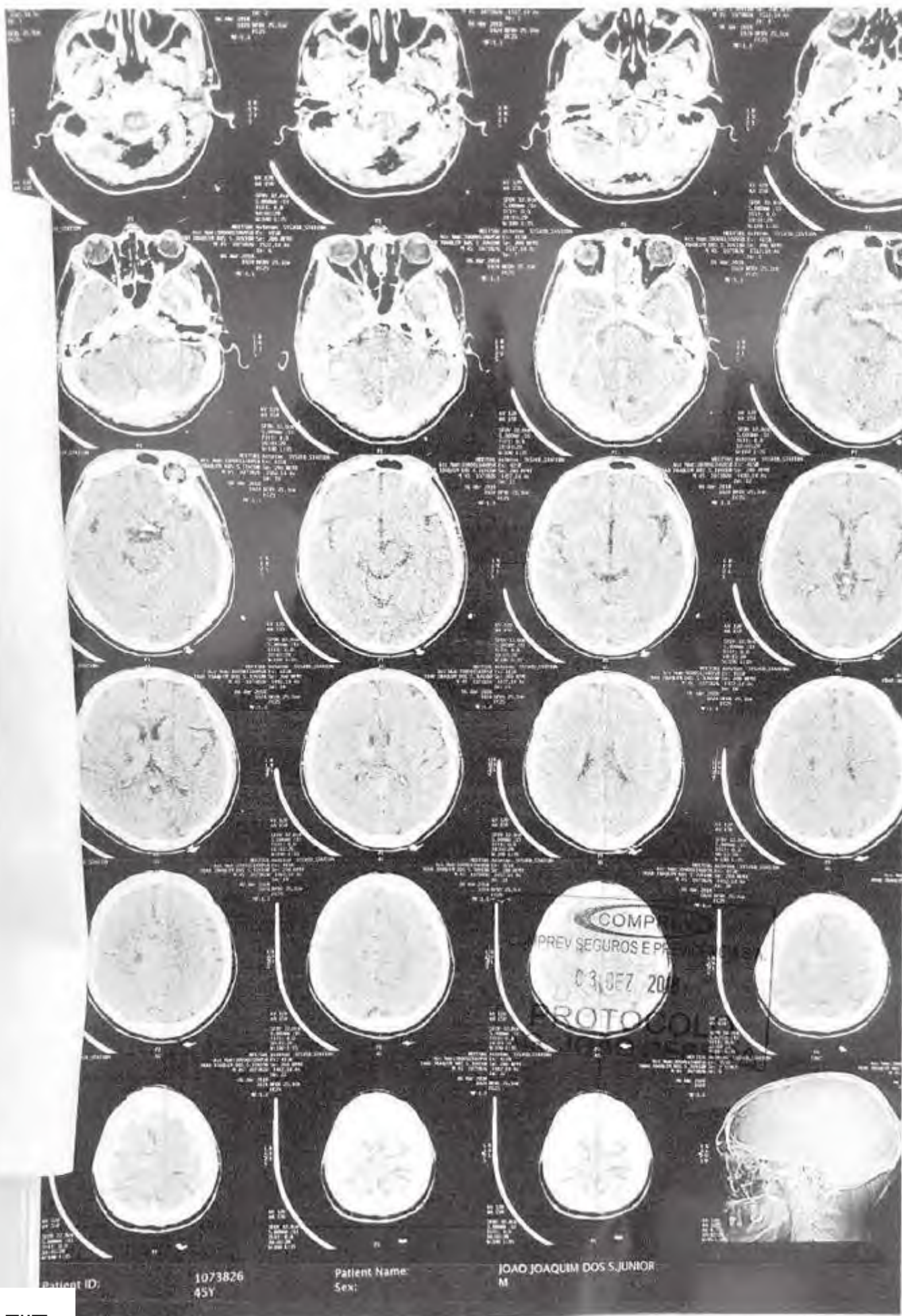
Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.





PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180334203 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR **Data do acidente:** 05/04/2018 **Seguradora:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO.
TRAUMA EM COLUNA CERVICAL.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: BRUNO BARBOSA MENDONCA

CRM: 900400

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180334203 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR **Data do acidente:** 05/04/2018 **Seguradora:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO.
TRAUMA EM COLUNA CERVICAL.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 804/092, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2033620, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS idade 46 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Atropelamento) no dia 05/04/2018, na Av. Hilton Souto Maior, Bairro: Mangabeira - João Pessoa - aproximadamente às 23:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 25 de Abril de 2018

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CREIS nº 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: 028.537.044-83 CPF da Vítima: 028.537.044-83 Nome completo da vítima: JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: <u>JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR</u>		CPF titular da conta: <u>028.537.044-83</u>	Profissão: <u>TEORISTA</u>
Endereço: <u>RUA MARIA DA GLÓRIA ALVES</u>		Número: <u>85</u>	Complemento: <u>CASA</u>
Bairro: <u>BANCARIOS</u>	Cidade: <u>JOSÉ PESSOA</u>	Estado: <u>PARAÍBA</u>	CEP: <u>58.051-804</u>
Email:			Telefone (DDD):

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☐ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☒ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)
☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO: 4915 DVV: 8428 DVV: 7
 (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)
 BANCO Nome: AG. JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR NRC: 20 JUL 2018
 AGÊNCIA NRO: 4915 CONTA NRO: 8428 DVV: 7
 (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

J. PESSOA - PB, 20 de JULHO de 2018
 Local e Data

+ José Joaquim dos Santos Junior
 Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal







CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01367.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01367.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:14 horas do dia 19 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **João Joaquim dos Santos Júnior**, CPF nº 028.537.044-83, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Angelina Maria dos Santos e João Joaquim dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 06/06/1972 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria da Glória Alves, Nº 85, bairro Bancários, tendo como ponto de referência Próximo Ao Mercadinho de Paulo, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98760-9918.

Dados do(s) Fatos:

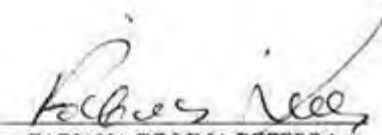
Local: Av. Hilton Souto Maior, Perto do Viaduto das Mangabeiras, Sentido Mangabeira/José Américo, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/04/18 23:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

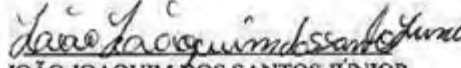
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

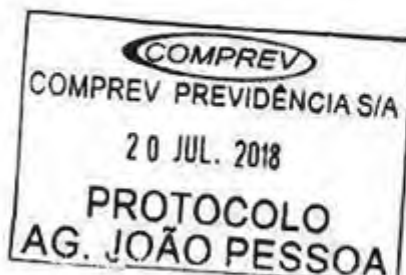
Que ao atravessar a via foi atropelado por um **CARRO NÃO IDENTIFICADO** vindo em decorrência a lesionar-se conforme **LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO, CRM 1873/PB, DATADO DE 13.06.2018**, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de julho de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR
Noticiante



Procedimento Policial: 01367.01.2018.1.00.420





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
DATA DE NASCIMENTO 06/06/72
NOME DA MÃE ANGELINA MARIA DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1073826
DATA DO ATENDIMENTO 06/04/18
HORA DO ATENDIMENTO 00:06
MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO
DIAGNÓSTICO (S) POLITRAUMATISMO (CRANIO, COLUNA, OMBRO ESQ.)
CID 10 T00

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, COM HISTÓRIA DE PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS, GLAGOW 14, AVALIAÇÃO DIFICULTADA DEVIDA A INGESTÃO DE ALCOOL (RELATO DA EQUIPE DE PLANTÃO), EXAMINADO PELA CIRURGIA GERAL, NEUROCIRURGIA, ORTOPEDIA.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRÂNIO
RX DE COLUNA CERVICAL, RX DE COLUNA TORACO-LOMBAR, RX COLUNA LOMBOSACRA
RX TORAX, RX Pelve, RX OMBRO ESQ.

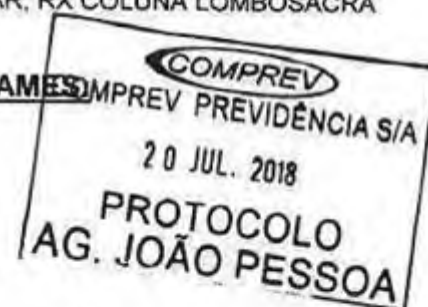
EXAMES - NORMAIS

RESULTADOS DOS EXAMES

TRATAMENTO:

TIPOIA - (ORTOPEDIA)

ALTA HOSPITALAR: 06/04/18
DATA DA EMISSÃO: 13/06/18




Elivaldo Sales de Toledo
Cirurgião Geral
CRM 1873/PB

Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO
CRM: 1873/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



 GOVERNO
DA PARAÍBA

Boletim de Atendimento: 1073826

Imprimer



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874	Telefone de Contato (83) 987609918
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS				Prontuário 94519
Endereço RODRIGUES ALVES, SN		Bairro MANDAGARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	Nº Cons. Regional 7742/PB	
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54			Data/Hora Prescrição 06/04/2018 13:38:18	
Anamnese PACIENTE EVOLUI CLINICAMENTE BEM. MELHORA DOS SINTOMAS GERAIS E DA CEFALEIA. AO EXAME: BEG ECG 15 SEM DEFICITS TCC: SEM COLEÇÕES E SEM FRATURAS RX COL CERVICAL/DORSAL/LOMBAR: SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE CD: ALTA DA NCIR				
Conduta Em observação				

Tomás Catão Monte Raso
Neurologia
CRM: PB 7742

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM: 7742/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

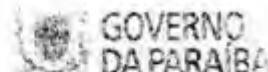
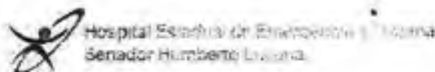
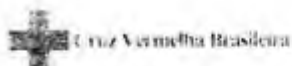
http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=256249&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/02/2019 10:39:12

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021510361328200000018725049

Número do documento: 19021510361328200000018725049



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300796205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS	UF PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 09:10:18	Nº Cons. Regional 6028/PB

Anamnese

PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO (COLISÃO BICICLETA X CARRO) ONTEM À NOITE.

RELATO DE PERDA DA CONSCIÊNCIA E VÔMITOS.

EF.: GLASGOW 14, PUPILAS ISO/FOTO, MOVIMENTANDO OS 4 MEMBROS.

CD.: SOL. TC DE CRÂNIO. SINTOMÁTICOS.

MEDICAÇÃO

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/6H, DURANTE 8 HORA(S)

Diluir

ONDANSETRONA 2MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

OMEPRAZOL 40MG INJETÁVEL COM DILUENTE (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 40,0 MG VIA E.V., 1X AO DIA

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG

CUIDADOS

SSVV + CCGG

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

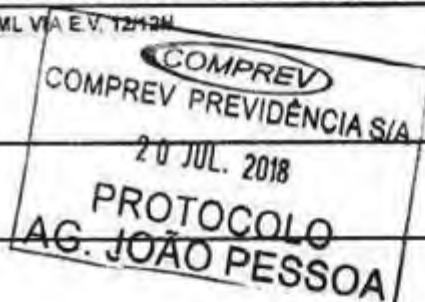
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINÂMICA

RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINÂMICA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

Conduta

Em observação



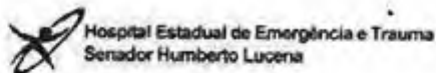
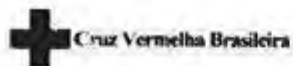
Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:25

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&performar=imprimir&id=255559&pesquisa=S&noForma





SALA DE OBSERVAÇÃO AREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrac. 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mse ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 957609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA	UF PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Nº Cons. Regional 6913/PB	
		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 06:08:28	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATO DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COOPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E PELVE.

SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

ORTOPEDIA

PCTE ALCOOLIZADO REFERE DOR NO OMBRO ESQ

ADM PASSIVA PRESERVADA

RX SEM FRATURAS

CD TIPOIA MSE

ALTA DA ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO

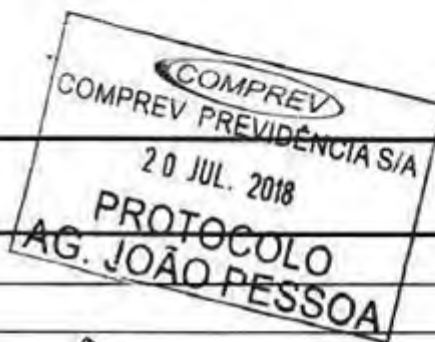
TIPOIA, (OBSERVAÇÕES: MSE)

CID10

Código	Descrição
S40.0	Contusão do ombro e do braço

Conduta

Em observação



Dr. Alisson Fábio Fernandes Vieira
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 88.900/2014
SOCI-12814

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA
(: 6913/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255843&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/02/2019 10:39:12

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021510361328200000018725049

Número do documento: 19021510361328200000018725049



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

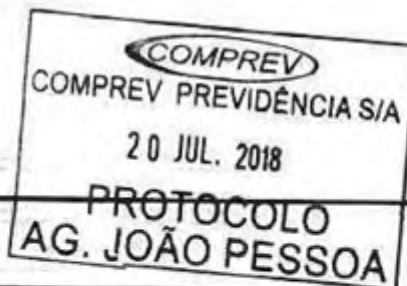
AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/08/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874	Telefone de Contato (53) 987809915
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS				Prontuário 94519
Endereço RODRIGUES ALVES, SN		Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	Nº Cons. Regional 7742/PB	
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 02:28:20		
Anamnese PACIENTE VITIMA DE COLISÃO BICICLETA X CARRO. ENCONTRA-SE ALCOOLIZADO. EG REG MOVIMENTOS ATIVOS DOS 4 MM PIFR VIGIL RX COL CERVICAL: ATÉ C5-C6 - SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE CD: OBS NEUROLÓGICA				
Conduta Em observação				



JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM: 7742/PB)

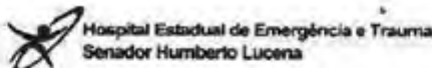
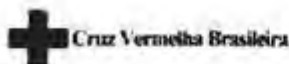
Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

<http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255832&pesquisa=S&perform=imprimirPrescricao&>

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/02/2019 10:39:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021510361328200000018725049>

Número do documento: 19021510361328200000018725049



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073828	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:08:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 967609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional JUAZEL SILVESTRE NETO	Nº Cons. Regional 11302/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 00:44:03	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATO DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E PÉ DIREITO
SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

MEDICAÇÃO

SOLUÇÃO GLICOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 500,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,0 (INSTSM)

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., AGORA

TENOXCAM 20MG INJETÁVEL (FRASCO-AMPOLA), ADMINISTRAR 20,0 MG VIA E.V., AGORA

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)

RADIOGRAFIA DE Pelve (OUTLET)

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES)

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

Dr. Juarez Silvestre
Medicina do Trabalho
Médico Auditor
CRM PB - 13202
CPF-072.993.054-88

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

JUAZEL SILVESTRE NETO

http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255810&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/02/2019 10:39:12

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021510361328200000018725049

Número do documento: 19021510361328200000018725049



HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Data de	06/06/1972	Idade	45a 10m	Sexo	MASCULINO	Nº	1073826	Nº Prontuário	94519	Data Prescrição	06/04/2018 09:10:18
Motivo de Atendimento		Enfermaria / Leito						Validade da Prescrição	06/04/2018 09:10:00 - 07/04/2018 09:10:00				
Convenio	SUS	Matrícula											

Data:	06/04/18 09:10
Usuário:	LEONARDO
Boleim:	1073826

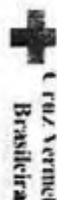
Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apresentação
1 D-PIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	2.0	ML		E.V.		6/6H	
Diluir em	100.0	ML					
2 CHLORANSETRONA	2.0	ML		E.V.		8/8H	
Diluir em	100.0	ML					
3 OMEPRAZOL	40.0	MG		E.V.		1X AO DIA	
4 CETOPIROFENO 100 MG	100.0	MG		E.V.		12/12H	
Diluir em	100.0	ML					
5 SSIV + CCGG	0.0						

LEONARDO PEREIRA DA COSTA LAFRANCO
(CRM: 6028)

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

LEONARDO P. COSTA
Assinatura e Carimbo do Profissional
06 de Abril de 2018





HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Data de	06/06/1972	Idade	45a 10m	Sexo	MASCULINO	Nº	1073626	Nº Prontuário	94519	Data Prescrição	06/04/2018 00:44:05
Motivo do Atendimento	Enfermaria / Leito												
Convenio	Validade da Prescrição												
SUS	06/04/2018 00:44:00 - 07/04/2018 00:44:00												
Matrícula													Serina

Data:	06/04/18 00:44
Usuário:	JUAREZ
Bolém	1073626

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apresentamento
---------------------	------	------	-------------------	--------	-------------	-----	----------------

1	SOLUÇÃO GLUCOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML)	500.0	ML			E.V.	AGORA
2	DIPYRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	4.0	ML			E.V.	AGORA
3	TENOXICAM 20MG INJETAVEL (FRASCO-AMPOLA)	20.0	MG			E.V.	AGORA
4	PARECER ORTO	0.0					00:50
5	SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA	0.0					

JUAREZ SILVESTRE NETO
CRM: 11302



Dr. Juarez Silvestre
Médico Especialista
CRM PB 11302
Assinatura e Carimbo do Profissional
06 de Abril de 2018



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes de atenuação adequados.

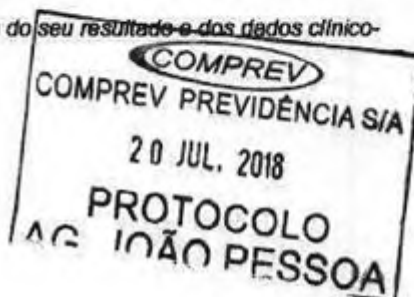
Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou sinais de hemorragia aguda/subaguda.


Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

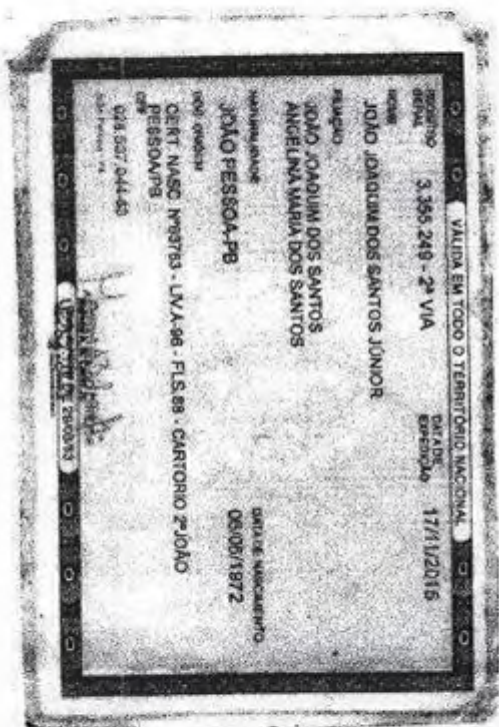
O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.



Este laudo foi liberado em 06/04/2018 15:41.


Dr. Tiago Nepomuceno
CRM 6723 - PB





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR	CPF da Vítima 028.537.044-83	Data do Acidente
--	--	------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

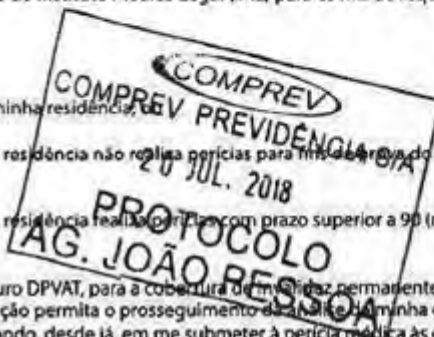
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência;
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realizou perícia com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de lesão permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



J. Bessa - B. 20 de **Julho** de 2018
Local e Data

João Joaquim dos Santos Júnior
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALL001 V001/2017





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VITIMA JOÃO JOAQUIM DO SANTO JUNIOR
DATA DO ACIDENTE 05.04.2018 CPF DA VITIMA 028.537.044-83
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VITIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUIDO PARARENTESCO COM
A VITIMA É JOÃO JOAQUIM DO SANTO JUNIOR
ENDEREÇO DO PORTADOR R. MARIA DA GLÓRIA, 6165
Nº 85 COMPLEMENTO CASA BAIRRO IMACULADOS
CIDADE JOÃO PESSOA UF PB CEP 58.051.804
E-MAIL _____ TELEFONE () _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () CARTeira DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () VIA IMPRIMIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VITIMA E RELACIONO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL) QUE COMPROVA A DISTÂNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA DATA DEFINITIVA
- () BOLETA DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTeira DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- DOS REPRESENTANTE LEGAL, É QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () CARTeira DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES, QUANTAS
- () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIAS, ACÓMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTeira DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () REPRESENTANTE LEGAL E QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE - R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE - ATE R\$ 13.500,00, ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.374/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (QUANTO - REEMBOLSO ATE R\$ 2.700,00 (PREVISTO), ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO.
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSAR WWW.DPVATSEGURODPVAT.COM.BR OU LIGAR GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1304

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 20/07/2018 RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA
IDENTIDADE ADAILTON SANTOS NOME ADAILTON SANTOS

ASSINATURA Suelio Moreira Torres ASSINADO

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0264930/18

Número do Sinistro: 3180334203

Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

CPF: 028.537.044-83

Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

Data do acidente: 05/04/2018

Titular do CPF: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 03/12/2018
Nome: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
CPF: 028.537.044-83

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 03/12/2018
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA



JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
 RUA MARIA DA GLÓRIA ALVES, 85 - BANCARIOS
 JOÃO PESSOA/PB CEP: 58051-500 (AOL 1)

Emissão: 09/04/2018 Referência: Abr / 2018
 Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BANDA RENDA MONOFÁSICO 9-220, kWh-25 - Cota Redutor: João Pessoa/PB - CEP08071400
 Roteiro: 2-5-803-8780 Nº medidor: 0000608580

energisa
 ENERGISA PARÁIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 CNPJ: 09.086.183/0001-40 Ins. Est. 15.015.022.0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº004.856.893
 Cód. para Dct. Automática: 90013014229

Atendimento ao Cliente Energisa: **0800 083 0196**

Conta referente a	Aprovação	Data prevista de próxima fatura	CNPJ/CPF/CPF
Abr / 2018	09/04/2018	09/05/2018	2853704483

Ins. Est.:

UC (Unidade Consumidora): **5/1351422-9**

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos:
 Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009,
 informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora ocorridos no ano de 2017 e nos anos anteriores. Esta declaração é válida para o consumidor.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08004011620198152003

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/04/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/07/2018**.

APÓS ANÁLISE DETIDA DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS, VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DE COBERTURA, VEZ QUE A PARTE AUTORA NÃO RESTOU INVÁLIDA, PRESSUPOSTO NECESSÁRIO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO PLEITEADA.

PORTANTO, EM QUE PESE O REQUERIMENTO DA INDENIZAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA, HOUVE A NEGATIVA DA SEGURADORA RESPONSÁVEL PELA REGULAÇÃO, HAJA VISTA, A AUSÊNCIA DE SEQUELAS.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

ACONTECE EXA., QUE TODA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA AOS AUTOS NÃO CORROBORA COM O ALEGADO, PELO CONTRÁRIO COMPROVA CABALMENTE QUE NÃO HÁ INVALIDEZ E/OU DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, não há informações sobre o veículo e o condutor, supostamente causadores do alegado acidente, constando apenas relatos totalmente unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, 3 meses após o alegado acidente.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.



Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁴ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 14 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08004011620198152003.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

TERMO DE AUDIÊNCIA

DATA: 18 de fevereiro de 2019, 16:32h

PROCESSO NÚMERO - 0800401-16.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Advogado do(a) AUTOR: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - PB24614

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Preposto: Evandro de Souza Neves Neto, OAB/PB 13836

Advogados: André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho, OAB/PB 18.747; Vinicius Barros de Vasconcelos, OAB/PB 22.018-A;
Jonh Henderson Carvalho de Góis, OAB/PB 21936-A

Aberta a audiência, submetida a parte autora à perícia médica, conforme laudo que segue, não chegaram as partes a acordo. Em seguida, pelo Juiz foi proferida a seguinte sentença: AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPROVADA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. APLICABILIDADE DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. Comprovado o acidente automobilístico que resultou a debilidade parcial e permanente ao autor, é devida a indenização do seguro obrigatório, no patamar previsto na Lei 6.194/74, conforme o grau da lesão sofrida. **AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, devidamente qualificado, ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, em face de **RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, igualmente qualificada, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados. Narra a parte autora que foi vítima de acidente de trânsito, em 05/04/2018, que lhe causou sequelas irreversíveis. Assim, requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a seguradora ré. Desse modo, requer a condenação da promovida ao pagamento devido, equivalente ao valor determinado pela perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ. Juntou documentos. Citada, a parte ré contestou o pedido autoral, tendo a parte autora impugnado a peça defensiva. Saneado o processo, designou-se audiência de conciliação, instrução e julgamento, ocasião em que fora realizada perícia médica na parte autora, conforme laudo em anexo, não tendo as partes transacionado. Eis o relatório. Passo a decidir. Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT – promovida pela autora com fundamento em que o acidente de trânsito lhe causou debilidade permanente do ombro esquerdo].



Acerca da matéria, é consabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é derivado da Lei n. 8.441/92, que estabeleceu o consórcio obrigatório de seguradoras para pronto pagamento às vítimas de veículos automotores, mesmo que se trate de veículos cujos seguros se encontrem vencidos ou não realizados. Dispõe o artigo 5º da Lei 8.441/92 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” Nesse diapasão, ocorrido o sinistro, basta a comprovação do acidente a apresentação de laudo pericial emanado de perito designado para atestar a invalidez permanente da vítima. In casu, emerge dos autos a prova da ocorrência do acidente automobilístico e da debilidade permanente, razão pela qual o pagamento da indenização é medida que se impõe. A Lei nº 6.194/74, na forma como vigente à época do sinistro, estabeleceu que, nas hipóteses de indenização por invalidez permanente, o valor da indenização corresponderá ao limite o máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Destaque-se é pacífico o entendimento de que é necessária a quantificação das lesões de caráter permanente para a aferição do valor devido a título de DPVAT nos casos de invalidez permanente. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 474, cujo teor é o seguinte: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” Ainda, restou pacificada a aplicação da tabela instituída pela Lei nº 11.945/2009, inclusive aos sinistros ocorridos antes da vigência da referida norma, conforme se pode extrair do seguinte julgado: RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL. SEGURO DPVAT. SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008. VALIDADE DA TABELA DO CNSP/SUSEP. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: “Validade da utilização de tabela do CNSP para se estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08”. 2. Aplicação da tese ao caso concreto. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1303038/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014) Na situação em análise, o laudo em anexo é claro ao afirmar que houve seqüela de repercussão média de acordo com a tabela SUSEP/DPAVT prevista na Lei nº 11.945/2009; portanto, o cálculo a ser observado, para fins condenatórios, é de 50% (lesão média) de 25% (mobilidade de um dos ombros - graduação da tabela) de R\$ 13.500,00, que corresponde ao valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para condenar a parte promovida ao pagamento de indenização no importe de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo esse valor ser corrigido com base na variação do INPC, a partir da data do acidente (Precedentes do STJ: Resp 1747156/RS), bem como acrescido de juros legais de 1% ao mês, a contar da citação. Tendo em vista a sucumbência recíproca, condeno a parte as partes ao pagamento *pro rata* das despesas processuais e ao pagamento dos honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 85, §2º, do CPC. A exigibilidade do débito resta suspensa em relação à autora, porquanto esta litiga ao abrigo da gratuidade de justiça. Publicada e intimados os presentes em audiência. Registre-se. Oficie-se para fins de transferência dos honorários periciais. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades acima, arquivem-se os autos.

Finalizada a audiência, segue assinada digitalmente pelo(a) magistrado(a) presidente do feito, diante da permissão do art. 25 da Resolução CNJ nº 185/2013 e art. 2º da Lei 11.419/2006.



15

AValiação Médica PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

GERSON LUCIANO SANTOS NETTO CPF: 091.192.334-93, JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR CPF:

028.537.044-83

Nome: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Endereço: R MARIA DA GLÓRIA ALVES, 85, (Com Timbó), BANCÁRIOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP:

58051-804

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontrá(m)-se acometida(s)?

Ombro Esquerdo

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma

Fratura da clavícula esquerda - Tratamento conservador. Nenhuma fisioterapia.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s).

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ distúrbios apenas temporários

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Deformidade em projeção da clavícula / ombro esquerdo. Restrição da amplitude dos movimentos do ombro

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou limitamento, faz-se necessário exame complementar? Esquerdo

☐ Sim, em que peça:

☒ Não

Do antebraço em ombro esquerdo.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação do(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is)

acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico e/ou funcional permanente que compromete a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que compromete apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que compromete de forma global algum segmento corporal da vítima).

Dr. Rosângela Duarte de Paiva
Médica - CRM 102.903-0/SP
CPF 301.730.514-34

18/02/2019 12:04

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 15.945/2008, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão <u>OMeLO ESQUERDO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação do acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

J. Pessoa, 18, 02, 2019

Assinatura do médico de base

Dr. Ronaldo de Queiroz Brito
Médico - CRM 146.400-0
CPF: 687.708.314-7

Recebido em 18/02/2019
por J. Pessoa
Médico - CRM 146.400-0
CPF: 687.708.314-7

18/02/2019 12:04



SEGUE ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08004011620198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do incluso processo administrativo pertinente ao processo em comento, bem como ratificar o pedido de improcedência da ação, pois, o Laudo informa que a parte autora não restou permanentemente inválida, motivo pelo qual não houve pagamento em sede administrativa.

Ademais, reitera a Ré que a parte autora não traz aos autos qualquer documento que comprove uma suposta condição de inválida, com a quantificação da lesão.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 15 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Nº Sinistro: 3180334203

Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data do Acidente: 05/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180334203**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13148302

Pag. 00015/00016 - carta_01 - INVALIDEZ

00030008





Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Nº Sinistro: 3180334203
Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Data do Acidente: 05/04/2018
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334203**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração de Inexistência de IML infor. incorretas

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00067/00068 - carta_03 - INVALIDEZ

00070034



Carta nº 13149804





Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Nº Sinistro: 3180334203
Vitima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
Data do Acidente: 05/04/2018
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180334203**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

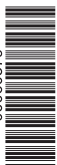
Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00757/00758 - carta_03 - INVALIDEZ

00060379



Carta nº 13173295





Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2018

Aos Cuidados de: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Nº Sinistro: 3180334203

Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data do Acidente: 05/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180334203**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **05/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00997/00998 - carta_04 - INVALIDEZ

00060499



Carta nº 13688118



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interdita com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima: JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR CPF da Vítima: 028.537.044-83 Data do Acidente: 05/04/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal: _____ CPF do Representante legal: _____
 E-mail: _____ Telefone (DDD): _____

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

João Joaquim dos Santos Junior, 30 de JULHO de 2018
 Local e Data

João Joaquim dos Santos Junior
 Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

 Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI001 V001/2017





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831449692

Data Nasc: 06/06/1972 - 46 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 21/07/2018

RADIOGRAFIA CLAVÍCULA ESQUERDA

Sinais de desnivelamento da articulação acromioclavicular esquerda, aspecto que pode estar relacionado a subluxação, na dependência de correlação com dados clínicos.

Textura óssea normal.

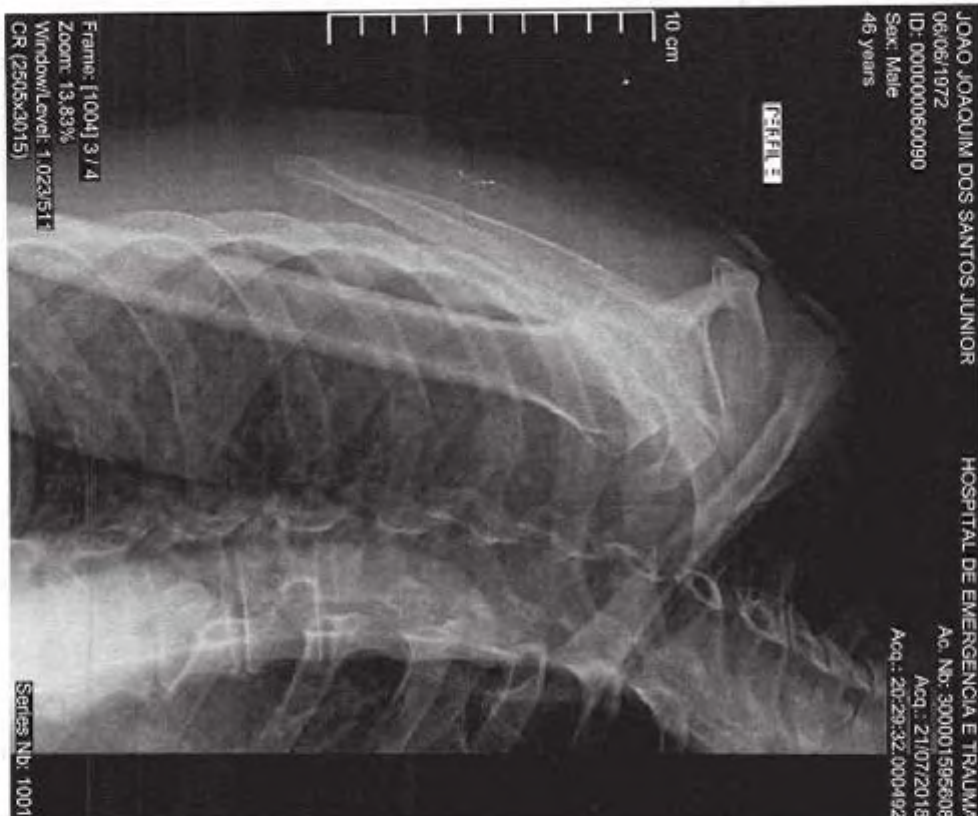
** O Raio-X é um exame subsidiário, devendo ser correlacionada com outros dados clínico-laboratoriais a critério clínico.*



Este laudo foi liberado em 30/11/2018 10:53.

Dra. Danielle C.S. Pereira
CRM: 6088 - PB





PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA







**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**

Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa de meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado. Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficiente de atenuação adequados.

Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos e sinais de hemorragia aguda/subaguda.

Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.
Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa
meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.
Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.
Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficien
atenuação adequados.
Não há desvio de estruturas da linha média.
Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos;
sinais de hemorragia aguda/subaguda.
Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico
epidemiológicos do(a) paciente.





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

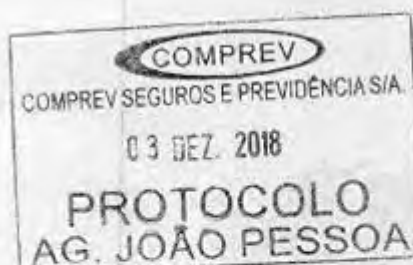
*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergênica.
Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.
Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.
Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes atenuação adequados.
Não há desvio de estruturas da linha média.
Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou sinais de hemorragia aguda/subaguda.
Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.





PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180334203 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR **Data do acidente:** 05/04/2018 **Seguradora:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO.
TRAUMA EM COLUNA CERVICAL.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ3

Nome: BRUNO BARBOSA MENDONCA

CRM: 900400

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180334203 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR **Data do acidente:** 05/04/2018 **Seguradora:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/12/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM OMBRO ESQUERDO.
TRAUMA EM COLUNA CERVICAL.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 804/092, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 2033620, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS idade 46 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Atropelamento) no dia 05/04/2018, na Av. Hilton Souto Maior, Bairro: Mangabeira - João Pessoa - aproximadamente às 23:30 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 25 de Abril de 2018

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CREIS nº 0120: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA



Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: CPF da Vítima: 028.537.044-83 Nome completo da vítima: JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: <u>JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR</u>		CPF titular da conta: <u>028.537.044-83</u>	Profissão: <u>TEORISTA</u>
Endereço: <u>RUA MARIA DA GLÓRIA ALVES</u>		Número: <u>85</u>	Complemento: <u>CASA</u>
Bairro: <u>BANCIÁRIOS</u>	Cidade: <u>TOMAS PESSOA</u>	Estado: <u>PARANÁ</u>	CEP: <u>58.051-804</u>
Email: <input type="text"/>			Telefone (DDD): <input type="text"/>

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☐ RECUO INFORMAR
 ☐ SEM RENDA
 ☒ ATÉ R\$ 1.000,00
 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
 ☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00
 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00
 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ CONTA POUPEANÇA (Somente para os bancos abaixo, Assinale uma opção)
 ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

☐ BRADESCO (237)
 ☐ BANCO DO BRASIL (001)
 ☐ ITAÚ (341)

☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NRO: <u>4915</u>	DV: <input type="text"/>	CONTA NRO: <u>8428</u>	DV: <u>7</u>
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

BANCO Nome: NRO:
 AGÊNCIA NRO: CONTA NRO:
 (Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

J. Pessoa - PB 20 de JULHO de 2018
Local e Data

+ João Joaquim dos Santos Junior
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal







CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01367.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01367.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:14 horas do dia 19 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **João Joaquim dos Santos Júnior**, CPF nº 028.537.044-83, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pedreiro, filho(a) de Angelina Maria dos Santos e João Joaquim dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 06/06/1972 (46 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria da Glória Alves, Nº 85, bairro Bancários, tendo como ponto de referência Próximo Ao Mercadinho de Paulo, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98760-9918.

Dados do(s) Fatos:

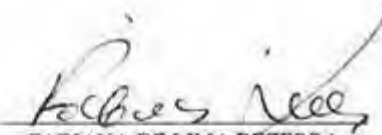
Local: Av. Hilton Souto Maior, Perto do Viaduto das Mangabeiras, Sentido Mangabeira/José Américo, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/04/18 23:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

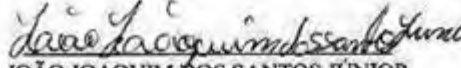
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que ao atravessar a via foi atropelado por um CARRO NÃO IDENTIFICADO vindo em decorrência a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO, CRM 1873/PB, DATADO DE 13.06.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de julho de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR
Noticiante



Procedimento Policial: 01367.01.2018.1.00.420





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
DATA DE NASCIMENTO 06/06/72
NOME DA MÃE ANGELINA MARIA DOS SANTOS

DADOS EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1073826
DATA DO ATENDIMENTO 06/04/18
HORA DO ATENDIMENTO 00:06
MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO
DIAGNÓSTICO (S) POLITRAUMATISMO (CRANIO, COLUNA, OMBRO ESQ.)
CID 10 T00

AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, COM HISTÓRIA DE PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS, GLAGOW 14, AVALIAÇÃO DIFICULTADA DEVIDA A INGESTÃO DE ALCOOL (RELATO DA EQUIPE DE PLANTÃO), EXAMINADO PELA CIRURGIA GERAL, NEUROCIRURGIA, ORTOPEDIA.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC DE CRÂNIO
RX DE COLUNA CERVICAL, RX DE COLUNA TORACO-LOMBAR, RX COLUNA LOMBOSACRA
RX TORAX, RX Pelve, RX OMBRO ESQ.

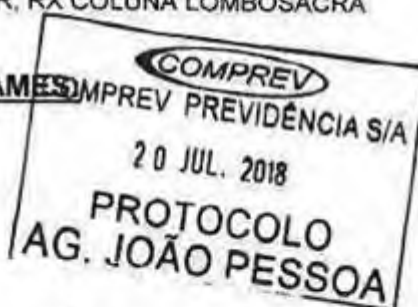
EXAMES - NORMAIS

RESULTADOS DOS EXAMES

TRATAMENTO:

TIPOIA - (ORTOPEDIA)

ALTA HOSPITALAR: 06/04/18
DATA DA EMISSÃO: 13/06/18



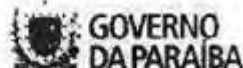
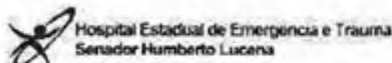
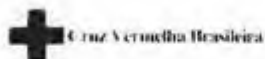
Elivaldo Sales de Toledo
Cirurgião Geral
CRM 1873/PB

Dr. ELIVALDO SALES DE TOLEDO
CRM: 1873/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



06/04

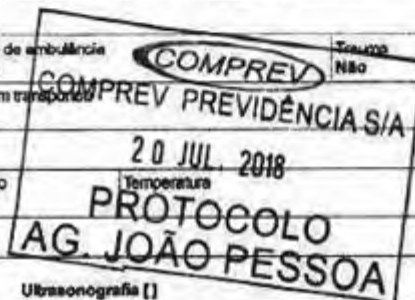


AV. ORESTES LUIZ, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332168700

Boletim de Atendimento: 1073826



Identificação do paciente			
ID 1023175	Nome JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Sexo Masculino	
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45 anos 10 meses	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião NAO INFORMADA
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS	Pai JOAO JOAQUIM DOS SANTOS		
Escolaridade FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987609918	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3355248	Nº Cns 706300798205874	
Local de procedência MANGABERA	Tipo BAIRRO		UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBOR	
Endereço			
CEP 59027348	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro RODRIGUES ALVES
Número 3N	Complemento	Bairro MANDACARU	
Admissão			
Data e Hora 06/04/2018 00:05:54	Número da pulseira 1000005164072	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Detalhe do acidente VEICULO X BICICLETA	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Pelo de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Modo de transporte SAMU	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA _____ X _____ mmHg	Pulso _____		
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
<p>Dados clínicos</p> <p>06/04/18 Paciente trazido por GOMME vítima de atropelamento, apresentando sinais de embriaguez, com quente, confuso, agitado, em uso de colar de CERV. Inconsciente de ac. CDR.</p> <p>Diagnóstico</p> <p>Atendido por THIAGO FERNANDES DE ARAUJO</p>			



Imprimir





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDAGARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	UF PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 13:38:16	Nº Cons. Regional 7742/PB

Anamnese

PACIENTE EVOLUI CLINICAMENTE BEM.
MELHORA DOS SINTOMAS GERAIS E DA CEFALEIA.
AO EXAME:
BEG
ECG 15
SEM DEFICITS
TCC:
SEM COLEÇÕES E SEM FRATURAS
RX COL CERVICAL/DORSAL/LOMBAR:
SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE
CD: ALTA DA NCIR

Conduta

Em observação

Tomás Catão Monte Raso
Neurocirurgia
CRM: PB 7742

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM: 7742/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

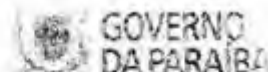
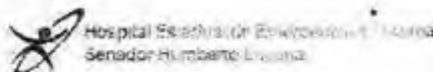
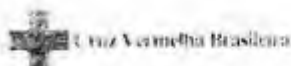
http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=256249&pesquisa=S&perform=imprimirPres



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/02/2019 16:14:35

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021916130528200000018794761

Número do documento: 19021916130528200000018794761



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/n, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS	Nº Cont. Regional 6028/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 09:10:18	

Anamnese

PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO (COLISÃO BICICLETA X CARRO) ONTEM À NOITE.

RELATO DE PERDA DA CONSCIÊNCIA E VÔMITOS.

EF. GLASGOW 14. PUPILAS ISO/FOTO, MOVIMENTANDO OS 4 MEMBROS.

CD.: SOL. TC DE CRÂNIO. SINTOMÁTICOS.

MEDICAÇÃO

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V. 8/6H, DURANTE 8 HORA(S)

Diluir

ONDANSETRONA 2MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

OMEPRAZOL 40MG INJETÁVEL COM DILUENTE (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 40,0 MG VIA E.V., 1X AO DIA

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V. 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), DILUIR 100,0 MG

CUIDADOS

SSVV + CCGG

EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

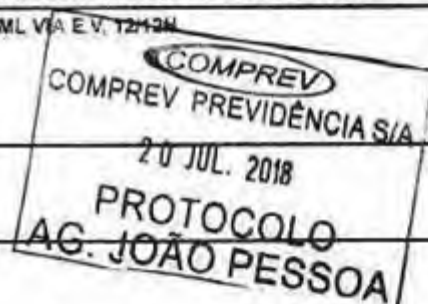
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINÂMICA

RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINÂMICA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: AP + PERFIL)

Conduta

Em observação



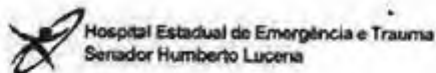
Boleém registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:23

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

LEONARDO PEREIRA DA COSTA MATIAS

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&performa=imprimir&id=255959&pesquisa=5&no-forma=





SALA DE OBSERVAÇÃO AREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrad. 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 957608918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	Prontuário 94519
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA	Nº Cons. Regional 6913/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 06:08:28	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATO DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COOPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E Pelve.
SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

ORTOPEDIA

PCTE ALCOOLIZADO REFERE DOR NO OMBRO ESQ

ADM PASSIVA PRESERVADA

RX SEM FRATURAS

CD TIPOIA MSE

ALTA DA ORTOPEDIA

PROCEDIMENTO

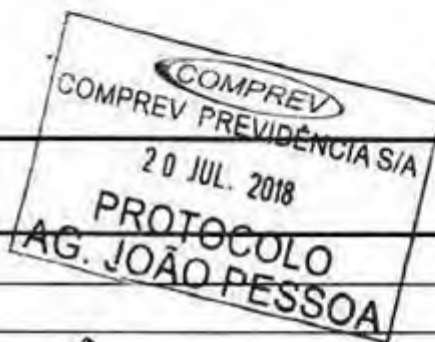
TIPOIA, (OBSERVAÇÕES: MSE)

CID10

Código	Descrição
S40.0	Contusão do ombro e do braço

Conduta

Em observação



Dr. Alisson Fábio Fernandes Vieira
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 88.904-1/2014
SOCI-12814

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

ALISSON FABIO FERNANDES VIEIRA
(: 6913/PB)

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAÍBA

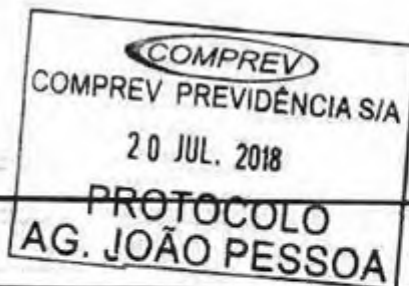
AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, , JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/08/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874	Telefone de Contato (83) 987809916
Mãe ANGELINA MARIA DOS SANTOS				Prontuário 94519
Endereço RODRIGUES ALVES, SN		Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional TOMAS CATAO MONTE RASO	Nº Cons. Regional 7742/PB	
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 02:28:20		
Anamnese PACIENTE VITMA DE COLISÃO BICICLETA X CARRO. ENCONTRA-SE ALCOOLIZADO. EG REG MOVIMENTOS ATIVOS DOS 4 MM PIFR VIGIL RX COL CERVICAL: ATÉ C5-C6 - SEM SINAIS DE FRATURAS/LISTESE CD: OBS NEUROLÓGICA				
Conduta Em observação				



JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

TOMAS CATAO MONTE RASO
(CRM: 7742/PB)

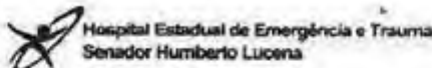
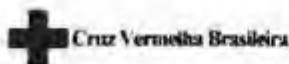
Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

<http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255832&pesquisa=S&perform=imprimirPrescricao&>

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/02/2019 16:14:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021916130528200000018794761>

Número do documento: 19021916130528200000018794761



CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	BAE 1073826	Data/Hora Entrada 06/04/2018 00:06:54	Data Baixa
Data de nascimento 06/06/1972	Idade 45a 10m	Sexo Masculino	CNS 706300798205874
Mãe ANGELINA MARA DOS SANTOS			Telefone de Contato (83) 987609918
Endereço RODRIGUES ALVES, SN	Bairro MANDACARU	Município JOAO PESSOA	UF PB
Acidente VEICULO X BICICLETA	Motivo ATROPELAMENTO	Profissional JUAZEL SILVESTRE NETO	Nº Cons. Regional 11302/PB
Data/Hora Classificação 06/04/2018 00:06:54		Data/Hora Prescrição 06/04/2018 00:44:03	

Anamnese

PACIENTE TRAZIDO PELO SAMU COM RELATO DE ACIDENTE BICICLETA X CARRO, O MESMO DE ENCONTRA ALCOOLIZADO, EXAME PREJUDICADO, O MESMO REFERE DOR EM OMBRO ESQUERDO, APRESENTANDO DIMINUIÇÃO DA AMPLITUDE DO MOVIMENTO.

AO EXAME:

A= VIAS AEREAS PERVEAS, MANTIDO COLOCAR CERVICAL PELO FATO DE SE ENCONTRAR EMBREAGADO, E NÃO COPERAR COM EXAME.

B: MV PRESENTES, TORAX SIMETRICOS

C: PULSOS PRESERVADOS

D: GLASGOW DE 15

E: ESCORIAÇÃO EM PÉ DIREITO

CD= SOLICITO RADIOGRAFIA DE CERVICAL, TORAX, OMBRO ESQUERDO E PÉ DIREITO
SOLICITO PARECER DA NEUROCIRURGIA E ORTOPEDIA

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S...
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA

MEDICAÇÃO

SOLUÇÃO GLICOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 500,0 ML VIA E.V., AGORA, 0,0 (NISTM)

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., AGORA

TENOXCAM 20MG INJETÁVEL (FRASCO-AMPOLA), ADMINISTRAR 20,0 MG VIA E.V., AGORA

CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL PERFIL

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)

RADIOGRAFIA DE Pelve (OUTLET)

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO ESQUERDO (TRES POSICOES)

CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

Dr. Juarez Silvestre
Medicina do Trabalho
Médico Auditor
CRM PB - 13202
CPF: 072.993.054-88

Boletim registrado por: THIAGO FERNANDES DE ARAUJO em 06/04/2018 00:07:28

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

JUAZEL SILVESTRE NETO

http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?control=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=255810&pesquisa=S&perform=imprimirPres





Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/02/2019 16:14:35

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021916130528200000018794761

Número do documento: 19021916130528200000018794761

PRESCRIÇÃO MÉDICA

<p>  HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H Rolfs </p>				Data: 06/04/18 09:10 Usuário: LEONARDO		
<p align="center">PRESCRIÇÃO MÉDICA</p>				Bolusim: 1073826 		
Nome:	Data de:	Idade:	Sexo:	Nº:	Nº Prioritário:	Data Prescrição:
JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	06/06/1972	45a 10m	MASCULINO	1073826	94519	06/04/2018 09:10:18
Motivo de Atendimento:	Enfermaria / Leito		Validade da Prescrição:		06/04/2018 09:10:00 - 07/04/2018 09:10:00	
Convênio:	Matrícula:		Sentinela			
SUS						

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. inf.	Pos	Apresentamento
1	O-PIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)						
Diluir em	2,0	ML		E.V.		6/6H	
	10,0	ML					
2	CHDANSETRONA						
Diluir em	2,0	ML		E.V.		8/8H	
	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML)	100,0	ML				
3	OMEPRAZOL						
	40,0	MG		E.V.		1X AO DIA	
4	CITOPROFENO 100 MG						
Diluir em	100,0	MG		E.V.		12/12H	
	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML)	100,0	ML				
5	SS-V + CGGG						
	0,0						

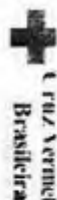
LEONARDO PEREIRA DA COSTA M. FIAS
CRM: 6028

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
20 JUL. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

LEGAÇÃO P. O. BRASILEIRA
em
MONTREAL
Cadastrado
Assinatura e Carimbo do Profissional

06 de Abril de 2015





HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	Data de	06/06/1972	Idade	45a 10m	Sexo	MASCULINO	Nº	1073626	Nº Prontuário	94519	Data Prescrição	06/04/2018 00:44:05
Motivo do Atendimento	Enfermaria / Leito												
Convenio	Validade da Prescrição												
SUS	06/04/2018 00:44:00 - 07/04/2018 00:44:00												
Matrícula													Serina

Data:	06/04/18 00:44
Usuário:	JUAREZ
Bolém	1073626

Nome do medicamento	Dose	U.M.	Orientação de Uso	Via de	Veloc. Inf.	Pos	Apresentamento
---------------------	------	------	-------------------	--------	-------------	-----	----------------

1	SOLUÇÃO GLUCOSADA 5% SISTEMA FECHADO (FRASCO 500ML)	500.0	ML			E.V.	AGORA
2	DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	4.0	ML			E.V.	AGORA
3	TENOXCAM 20MG INJETAVEL (FRASCO-AMPOLA)	20.0	MG			E.V.	AGORA
4	PARECER ORTO	0.0					00:50
5	SOLICITAÇÃO DE PARECER NEUROCIRURGIA	0.0					

JUAREZ SILVESTRE NETO
CRM: 11302



Dr. Juarez Silvestre Neto
Médico Especialista
CRM: 11302
Assinatura e Carimbo do Profissional

06 de Abril de 2018





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 201831228440

Data Nasc: 06/06/1972 - 45 anos

Paciente: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JÚNIOR

Data Exame: 06/04/2018

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

Técnica:

*** Exame realizado em caráter de urgência/ emergência.

Imagens obtidas no plano axial, através de técnica helicoidal, sem a injeção endovenosa do meio de contraste iodado.

Análise:

Cisternas presentes, sulcos corticais e espaços periencefálicos de aspecto preservado.

Sistema ventricular simétrico, de topografia e dimensões usuais.

Parênquima cerebral, cerebelo e as estruturas do tronco encefálico possuem coeficientes de atenuação adequados.

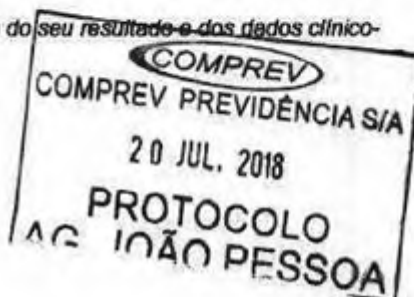
Não há desvio de estruturas da linha média.

Ausência de coleções líquida extra-axiais, processos expansivos intra-parenquimatosos ou sinais de hemorragia aguda/subaguda.


Não se evidenciam traços de fraturas desalinhadas na calota craniana.

Nota: Exame realizado em condições de urgência/emergência.

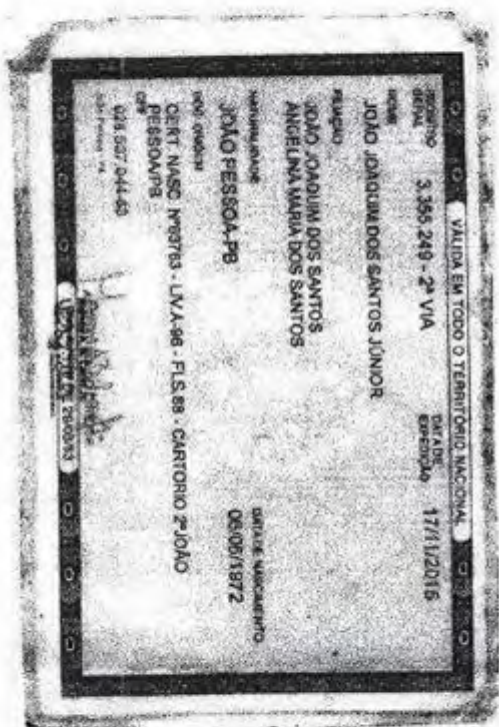
O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.



Este laudo foi liberado em 06/04/2018 15:41.


Dr. Tiago Nepomuceno
CRM 6723 - PB





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	CPF da Vítima 028.537.044-83	Data do Acidente
--	--	------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR	CPF do Representante legal
E-mail	Telefone (DDD)

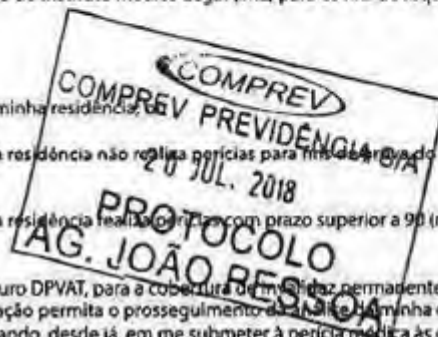
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência;
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícia para fins de Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realizou perícia com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de minha lesão permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise e minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



J. Bessa - B. 20 de Julho de 2018
Local e Data

*** João Joaquim dos Santos Junior**
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALL001 V001/2017





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VITIMA JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
DATA DO ACIDENTE 05.04.2018 CPF DA VITIMA 028.537.044-83
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VITIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUIDO PARANTESSO COM
A VITIMA É JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
ENDEREÇO DO PORTADOR R. MARIA DA GLÓRIA, BLVD
Nº 85 COMPLEMENTO CASA BAIRRO IMBICAPELOS
CIDADE JOÃO PESSOA UF PB CEP 58.051.804
E-MAIL _____ TELEFONE () _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () CARTeira DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VITIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL) QUE COMPROVE A DISTINÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ATUA DEFINITIVA
- () BOLETEM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CREDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE COMPROVEM OS DADOS BANCÁRIOS, TALS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTeira DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () OMS REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICA E LEGÍVEL)
- () CARTeira DE IDENTIDADE DA VITIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SÓRRIAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTES (ORIGINALS E LEGÍVELS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES OUTRADAS
- () NOTAS FISCAS (ORIGINALS E LEGÍVELS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VITIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CREDITO DE INDENIZAÇÃO DA VITIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE COMPROVEM OS DADOS BANCÁRIOS, TALS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTeira DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTeira DE TRABALHO OU CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () OMS REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VITIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MONTE - R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE - ATE R\$ 13.500,00, ESTE VALOR VARIA CONFORME A CAPACIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.394/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) - REEMBOLSO ATE R\$ 2.700,00 (PRETENSÃO), ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRazo PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO.
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE WWW.DPVAT.SEGURODPVAT.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1104

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 20/07/2018 RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA
IDENTIDADE ADAILTON SANTOS
ASSINATURA Suelio Moreira Torres

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0264930/18

Número do Sinistro: 3180334203

Vítima: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

CPF: 028.537.044-83

Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

Data do acidente: 05/04/2018

Titular do CPF: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 03/12/2018
Nome: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
CPF: 028.537.044-83

JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 03/12/2018
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA



JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR
 RUA MARIA DA GLÓRIA ALVES, 85 - BANCARIOS
 JOÃO PESSOA/PB CEP: 58051-500 (AOL 1)

Emissão: 09/04/2018 Referência: Abr / 2018
 Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BANDA RENDA MONOFÁSICO 220, kWh25 - Cota Redutor - João Pessoa/PB - CEP08071400
 Roteiro: 2-5-803-8780 Nº medidor: 0000608580

energisa
 ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 CNPJ: 09.086.183/0001-40 Ins. Est. 15.015.022-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº004.856.883
 Cód. para Dct. Automática: 90013014229

Atendimento ao Cliente Energisa: **0800 083 0196**

Conta referente a	Aprovação	Data prevista de próxima leitura	CPZ/CDU/END
Abr / 2018	09/04/2018	09/05/2018	2853704483 Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1351422-9**

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos:
 Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009,
 informamos a quitação dos débitos referentes aos tar-
 ifamentos regulares de energia elétrica desta unidade
 consumidora vendida no ano de 2017 e nos anos ante-
 riores. Esta declaração é válida para a quitação de



SEGUE ANEXO.



Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 1.687,50
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2018 a Fevereiro/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	6/2/2019 a 5/4/2019
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	365 dias	1,035681
Percentual correspondente	365 dias	3,568109 %
Valor corrigido para 1/2/2019	(=)	R\$ 1.747,71
Juros(58 dias-2,00000%)	(+)	R\$ 34,95
Sub Total	(=)	R\$ 1.782,66
Honorários (10%)	(+)	R\$ 178,27
Valor total	(=)	R\$ 1.960,93



N° DA PARCELA		N° DA CONTA JUDICIAL	
0		600106088846	
DATA DO DEPÓSITO		TIPO DE JUSTIÇA	
05/04/2019		ESTADUAL	
AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE PESSOA	
1618		Física	
DATA DA GUIA		N° DO PROCESSO	
05/04/2019		08004011620198152003	
N° DA GUIA		TRIBUNAL	
2567018		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		DEPOSITANTE	
JOAO PESSOA		RÉU	
N° DA COMARCA		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
99999999		1960,93	
NOME DO RÉU / IMPETRADO		CPF / CNPJ	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		CPF / CNPJ	
JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		02853704483	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
9F9E5C6390594F15			





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08004011620198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 9 de abril de 2019.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 15 de abril de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



 SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO		CONTRATO 9912283594
DESTINATÁRIO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT Rua Senador Dantas, 74 5º ANDAR Centro 20031205 Rio de Janeiro-RJ		EXEMPLO UNIDADE DE ENTREGA BRASIL 2019 05 FEB 2019 CDD DE MARCO 5074
99999957032BR 		
REMETENTE: 4ª VARA CÍVEL REG ONAL DE MANGABEIRA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Avenida Hilton Gouto Major, 8N Mangateira 58055018 João Pessoa-PB		RUA CAE MATRÍCULA DO CARTÃO
05 FEB 2019 Maycon Mendonça de Lima RG: 20.748.102-9		
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		Paulo Roberto Matr: 8.324.377-1
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1 Ausente 5 Encaminhado 2 Endereço insuficiente 6 Não Recebido 3 Não Existe o número 7 Assinada 4 Desconhecido 8 Retirada 9 Outra		
ASSINATURA DO RECEBEDOR DATA DE ENTREGA		DATA DE ENTREGA
ASSINATURA DO REMETENTE		DATA DE ENTREGA





Petição de Expedição de Alvará em anexo.





EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 4^a VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR, já devidamente qualificada nos autos que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Exa., expor e ao final requerendo o seguinte:

MM juiz, a parte autora ajuizou a presente demanda, objetivando receber a indenização referente ao acidente de trânsito que lhe ocorreu.

Assim, Douto Juiz, a lide ao final fora sentenciada, sendo a condenação, depositada via DJO no valor de **R\$ 1.960,93 (mil, novecentos e sessenta reais e noventa e três centavos)**, junto a conta do Tribunal de Justiça.

Ressalta ainda que, incluso neste valor estão os honorários de sucumbência e contratuais no valor de 30%, **SUCUMBÊNCIA** no valor **R\$ 178,27 (cento e setenta e oito reais e vinte e sete centavos)**, e **CONTRATUAIS** no valor de **R\$ 534,79 (quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos)** conforme contrato ID (18718312) junto a procuração, que totalizam **R\$ 713,06 (setecentos e treze reais e seis centavos)**.

04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária advocatícia remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de **30%**, calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

João Pessoa/PB, 14 de Dezembro de 2018.


Outorgante/Declarante

Desta forma, o valor indenizado devido ao promovente é de **R\$ 1.247,86 (mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**.



- DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V. Exa., que seja liberado o quantum depositado pela parte requerida, sendo expedido alvarás distintos, sendo um destinado a para o autor no valor de **R\$ 1.247,86 (mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos)**, e outro referente aos honorários de sucumbência e contratuais no valor de **R\$ 713,06 (setecentos e treze reais e seis centavos)**, montante devido ao causídico que esta subscreve.

Nestes termos,

Pede deferimento.



Campina Grande-PB, em 14 de Abril de 2019.


GERSON LUCIANO SANTOS NETTO
-ADVOGADO -
OAB/PB-24614





SEGUE ANEXO.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.2.19.09302/01
			Data de emissão: 10/04/2019
Nº do Processo: 0800401-16.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2019
Número da guia: 200.2019.609302 Tipo da Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 49,75
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 50,75 - Taxa Judiciária: R\$ 25,37 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 150,60
			Desconto total: R\$ 73,13
866400000000 774709283188 520190430204 021909302016 			Valor final: R\$ 77,47

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.2.19.09302/01
			Data de emissão: 10/04/2019
Nº do Processo: 0800401-16.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2019
Número da guia: 200.2019.609302 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 49,75
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 50,75 - Taxa Judiciária: R\$ 25,37 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 150,60
			Desconto total: R\$ 73,13
866400000000 774709283188 520190430204 021909302016 			Valor final: R\$ 77,47

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.2.19.09302/01
			Data de emissão: 10/04/2019
Nº do Processo: 0800401-16.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2019
Número da guia: 200.2019.609302 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 49,75
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 50,75 - Taxa Judiciária: R\$ 25,37 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 150,60
			Desconto total: R\$ 73,13
866400000000 774709283188 520190430204 021909302016 			Valor final: R\$ 77,47



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
11/04/2019 - AUTOATENDIMENTO - 17.13.31
1251301251 SEGUNDA VIA 0046

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86640000000-0	77470928318-8
	52019043020-4	02190930201-6
Data do pagamento		11/04/2019
Valor em Dinheiro		77,47
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		77,47

DOCUMENTO: 041109
AUTENTICACAO SISBB: 8.3B9.23B.DF7.CEC.A1B





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08004011620198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 15 de abril de 2019.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800401-16.2019.8.15.2003

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Certifique o trânsito em julgado.

Após, expeçam alvarás, conforme requerido em petição de ID 20575720 – depósito relativo ao cumprimento da sentença em ID 20460442.

Intime a Seguradora Líder para comprovar o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de penhora online, via Bacenjud.

Comprovado o pagamento, oficie, imediatamente, à instituição financeira, para providenciar a transferência dos valores relativos aos honorários periciais para a conta da **Dr^a Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, qual seja: Banco do Brasil, agência 1344-7, conta corrente 5.846-7, (CPF 587.738.514-34).

Custas pagas.

Comprovada a transferência dos honorários periciais, e não havendo mais objetivo neste feito, arquivem os autos, com as cautelas legais.

Cumpra com urgência.

João Pessoa, 8 de maio de 2019

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que a sentença prolatada nestes autos transitou em julgado no dia
1 5 / 0 3 / 2 0 1 9 .

João Pessoa/PB, 16 de maio de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO Nº 338/2019

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

FINALIDADE:

Habilitação junto ao BANCO DO BRASIL S/A, para sacar o valor de **R\$ 1.247,87 (hum mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos)** e eventuais acréscimos legais, conta judicial nº: 600106088846, guia nº 2567018, datada de 05/04/2019, conforme determinado no despacho de ID 210210-75, nos termos da petição de ID 205757-20, nos autos acima.

BENEFICIÁRIO(S)

JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR, RG de nº 3355249-2a. via SSDS/PB e CPF de nº 028.537.044-83

AUTORIZADO A SACAR

JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR, RG de nº 3355249-2a. via SSDS/PB e CPF de nº 028.537.044-83

DESTINATÁRIO

BANCO DO BRASIL S/A



VALIDADE DO ALVARÁ
60 (SESSENTA DIAS)

O (A) Dr (a) ,Juiz(a) de Direito da 4ª Vara de Regional de Mangabeira, daComarca da Capital, em virtude da Lei, etc. AUTORIZA a(s) pessoa(s), física(s) ou jurídica(s), supra identificada(s), praticar(em) o(s) ato(s) especificado(s) acima, no campo “finalidade”. CUMPRA-SE. João Pessoa/PB, 16 de maio de 2019. Eu, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, digitei.

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO Nº 339/2019

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

FINALIDADE:

Habilitação junto ao BANCO DO BRASIL, para sacar o valor de **R\$ 713,06 (setecentos e treze reais e seis centavos)**, e eventuais acréscimos legais, conta judicial nº 600106088846, guia nº 2567018, datada de 05/04/2019, conforme determinado no despacho de ID 210210-75, nos termos da petição de ID 205757-20.

BENEFICIÁRIO(S)

Bel. GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - OAB/PB 24614

AUTORIZADO A SACAR

Bel. GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - OAB/PB 24614

DESTINATÁRIO

BANCO DO BRASIL S/A



VALIDADE DO ALVARÁ
60 (SESSENTA DIAS)

O (A) Dr (a) ,Juiz(a) de Direito da 4ª Vara de Regional de Mangabeira, daComarca da Capital, em virtude da Lei, etc. AUTORIZA a(s) pessoa(s), física(s) ou jurídica(s), supra identificada(s), praticar(em) o(s) ato(s) especificado(s) acima, no campo “finalidade”. CUMPRA-SE. João Pessoa/PB, 16 de maio de 2019. Eu, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, digitei.

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
4ª Vara Regional de Mangabeira

PROCESSO Nº 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO - disponível nos IDs anteriores



SEGUE ANEXO.





N° DA PARCELA		0		DATA DO DEPÓSITO		06/05/2019		AGÊNCIA (PREF / DV)		1618		N° DA CONTA JUDICIAL		4500107185216	
DATA DA GUIA		06/05/2019		N° DO PROCESSO		08004011620198152003		TRIBUNAL		TRIBUNAL DE JUSTICA		TIPO DE JUSTICA		ESTADUAL	
COMARCA		JOAO PESSOA		ORGÃO/VARA		4 VARA CIVEL		DEPOSITANTE		RÉU		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)		200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		Jurídico		CPF / CNPJ							
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR		TIPO DE PESSOA		Física		CPF / CNPJ		02853704483					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA		4EC8D55B63639EDB													





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08004011620198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 15 de maio de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB

CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

OFÍCIO Nº 0536/2019-scf

João Pessoa/PB, 31 de maio de 2019.

**A Sua Excelência o Senhor
Gerente do Banco do Brasil S/A
Agência Setor Público
Av. Julia Freire, 1071 - Bairro: Expedicionários
João Pessoa/PB - CEP: 58040-040**

REFERÊNCIA: PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Senhor Gerente,

Solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais, depositados pelo réu na conta judicial nº 4500.1071.8521.6, da agência nº 1618-7, data do depósito 06/05/2019, GUIA 2567018, do Banco do Brasil, referente a honorários periciais, para a Conta nº 5846-7, agência nº 1344-7, do Banco do Brasil, em favor da perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, portadora do CPF nº 587.738.514-34.

Atenciosamente,

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB

CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé, para os devidos fins de direito, que o processo acima identificado se encontra "ARQUIVADO" no Sistema-PJe, nos termos do despacho retro.

João Pessoa/PB, 25 de junho de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA

Analista Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o **Aviso de Recebimento** em anexo.

João Pessoa/PB, 4 de julho de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



 SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO		CONTRATO 89122835	
DESTINATÁRIO: Rep do BANCO DO BRASIL S/A Avenida Júlia Freire, 1071 Torre 58040040 João Pessoa-PB			TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º _____ h 2º _____ h 3º _____ h		GARIMPO ENDEREÇO DE ENTREGA FURTELO E MATRÍCULA DO CORREIO Rosinaldo da Silva Mat. 84780029
BI875160313BR  REMETENTE: 4ª VARA CÍVEL REGIONAL DE MANGABEIRA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Avenida Hilton Souto Maior, SN Mangabeira 58055018 João Pessoa-PB			MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1. Mal direcionado 2. Trocado 3. Endereço incorreto 4. Não encontrado 5. Não existe o nome 6. Ausente 7. Desconhecido 8. Faltando 9. Outros		
OBSERVAÇÃO: CP 10022-9 - PROCL. Nº 4041-10.015.DIC.2005			DATA DE ENTREGA: 11/06/19		18448038
ASSINATURA DO RECEBEDOR: <i>Aeliane C. R. R. R.</i>			ASSINATURA DO CORREIO: <i>[Assinatura]</i>		







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO JOAQUIM DOS SANTOS JUNIOR


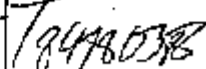
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o **Aviso de Recebimento** em anexo.

João Pessoa/PB, 4 de julho de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



 SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 99122835
DESTINATÁRIO: Rep do BANCO DO BRASIL S/A Avenida Júlia Freire, 1071 Torre 58040040 João Pessoa-PB		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º _____ h 2º _____ h 3º _____ h	GARIMPO ENDEREÇO DE ENTREGA
BI875160313BR 		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1. Endereço incorreto 2. Não existe o número 3. Desconhecida 4. Outros	5. Recusado 6. Não encontrado 7. Ausente 8. Faltando
REMETENTE: 4ª VARA CÍVEL REGIONAL DE MANGABEIRA ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Avenida Hilton Souto Maior, SN Mangabeira 58055018 João Pessoa-PB		OBSERVAÇÃO: CP 10022-95 - PRIMEIRA VARA - 10.1015.DIC.2005	RUBRICA E MATRÍCULA DO CORREIO  Rosinaldo da Silva Mat. 84780029
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 11/06/19	ASSINATURA DO CORREIO 





SEGUE EM ANEXO - OFÍCIO 2019/1389 TRANSF HONORÁRIOS PERICIAIS





PSO-8347JOÃO PESSOA/SOP-SETOR PÚBLICO N.º2019/1389.
João Pessoa(PB), 12/06/2019.

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
PROCESSO: 0800401-16.2019.8.15.2003

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(iza),

Reportamo-nos a sua solicitação referente ao processo acima mencionado através do Ofício n.º 0536/2019-scf, para informar do cumprimento da determinação ali expressada, cujo comprovante encontra-se disponível no site do Banco do Brasil (Conta Judicial : 4500107185216):

(<https://www63.bb.com.br/portalbb/dio/id/resgate/dadosResgate.802.4647.500828.0.1.bbx>)

Na oportunidade renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

BANCO DO BRASIL S.A.
S. PÚBLICO J. PESSOA PB

Gleisa Valéria Campos Perdigão
Gerente de Negócios

Francisco Virgolino da Costa
Gerente de Módulo

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Juiz(iza) de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira
Comarca de João Pessoa
Nesta

BANCO DO BRASIL S.A. PSO-8347JOÃO PESSOA - SOP-Setor Público, Av. Júlia Freire, 1071, Torre, CEP 58049-040, João Pessoa(PB).

c:\PL_Mang_OJ_2005-2019-GCF_OES N_1042_SIT1



